

ATA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 05/12/2011

Iniciada às 15H00 e encerrada às 21H30

Aprovada em 20/12/2011 e publicitada através do Edital n.º 381/2011

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

- 1. Intervenção do Senhor Presidente**
- 2. Intervenção dos Senhores Vereadores**

ORDEM DO DIA

- I. APOIO AOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**
 - 1. Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 21 de novembro de 2011**
- II. APOIO ÀS FREGUESIAS**
 - 1. Protocolo de Delegação de Competências 2011 – freguesia de Ceira – alteração**
 - 2. Protocolo de Delegação de Competências 2011 – freguesia de Taveiro – alteração**
 - 3. Junta de Freguesia de Antanhol – Requalificação do Largo da Capela de Antanhol – apoio**
 - 4. Junta de Freguesia de Antuzede – Obras de Remodelação e Beneficiação da Antiga Escola da Póvoa do Pinheiro – apoio**
 - 5. Junta de Freguesia de São Martinho de Árvore – Requalificação da Capela de São Sebastião – apoio**
 - 6. Junta de Freguesia de Taveiro – Requalificação do Espaço para a Instalação da Extensão em Taveiro da Cruz Vermelha Portuguesa – apoio**
 - 7. Acesso ao Cemitério de Castelo Viegas – adjudicação**
- III. PLANEAMENTO E CONTROLO**
 - 1. Associação do Exploratório Infante D. Henrique – adenda ao protocolo de colaboração**
 - 2. Situação dos projetos cofinanciados em 30/09/2011 – conhecimento**
- IV. RELAÇÃO COM O MUNÍCIPE**
 - 1. Época Natalícia 2011 – alteração de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais**
- V. FINANÇAS E PATRIMÓNIO**
 - 1. Situação Financeira**
 - 2. Concurso Público n.º 6/2006 – liberação de caução**
 - 3. Concurso Público n.º 2/2011 – fornecimento de gás natural**
 - 4. Concurso Público n.º 16-17/2011 – fornecimento contínuo de gasóleo**
 - 5. Aquisições de serviços – parecer prévio**
 - 6. Contrato de aquisição de serviços – alteração do período de vigência**

VI. GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA

1. Manuel Augusto Alves, Lda. – junção de elementos – Moinho do Calhau – Reg. n.º 42183/2011
2. Dulce Santos de Matos – receção provisória das obras de urbanização e redução do valor da caução – Lordemão – São Paulo de Frades – Reg. n.º 01/2011/60044, n.º 01/2011/59420 e n.º 01/2011/56860
3. Fernandes & Calados – Materiais de Construção, Lda. – receção provisória das obras de urbanização e redução do valor da caução – alvará de loteamento n.º 502 – Guarda Inglesa – Reg. n.º 57499/2011
4. Estabilização/Reabilitação do Muro da Rua da Alegria parte integrante da Zona de Proteção da Cerca de Coimbra – programa preliminar
5. PRAUD - Recuperação do Imóvel sito na Rua de Almedina, n.º 14 – programa preliminar, projeto de arquitetura e execução de projetos de especialidades
6. Imóvel sito na Rua Dr. Guilherme Moreira, n.º 4 – prorrogação de prazo para execução de obras
7. Imóvel sito na Rua Visconde da Luz, n.º 18 a 20 – execução de obras coercivas
8. Imóvel sito no Largo da Sé Velha, n.º 13 e Rua do Cabido, n.ºs 1 a 13 – freguesia de Sé Nova – prorrogação de prazo para execução de obras
9. Rua Dias Ferreira, n.º 47 – freguesia de Santa Cruz – reconhecimento de isenção de IMT
10. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição da fração “G” do prédio urbano sito na Rua das Flores, n.º 1 – 3.º esquerdo - freguesia de Sé Nova – ratificação
11. Remodelação das Escadas do Quebra Costas e Rua do Arco de Almedina – 2.ª fase – programa preliminar
12. Lubricentro – Combustíveis e Pneus do Centro, Lda. – resposta ao abrigo do artigo 100.º do CPA – Rua Alexandre Herculano, 14 – Reg. n.º 65950/2011

VII. OBRAS E INFRAESTRUTURAS

1. Reconstrução de Muros de Suporte/2010 – prorrogação de prazo e alterações ao projeto
2. Conservação e Reparação de Pavimentos em Calçada/2005 – receção definitiva
3. Grupo de candidatos à direção da Associação de Estudantes da Escola Secundária Infanta Dona Maria – apoio
4. Despachos relativos ao Departamento de Obras e Infraestruturas – Julho a Outubro – conhecimento
5. CEDIPRE – contratação

VIII. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

1. Casa dos Pobres de Coimbra – apoio
2. Associação Integrar/Rancho das Tricanas de Coimbra – apoio
3. Casa de Repouso de Coimbra/Centro de Noite – Telha Amiga – apoio
4. ATLAS – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento – protocolo
5. SAPO Portugal Sénior – protocolo

IX. DESPORTO E JUVENTUDE

1. Associação Desportiva e Cultural da Adémia – apoio
2. Sport Club Conimbricense – apoio
3. Associação Cristã da Mocidade de Coimbra – apoio
4. Instituto Politécnico de Coimbra – apoio
5. Escola Superior de Educação de Coimbra – apoio
6. João Pedro Folhas Varanda – apoio
7. Escola Secundária Infanta D. Maria – Pista de Atletismo do Estádio Cidade de Coimbra – isenção de taxas
8. Associação de Basquetebol de Coimbra – sala de formação do Estádio Municipal Sérgio Conceição – isenção de taxas
9. Compromisso com o Desporto Social – Relatório Anual da Época 2010/11 – Programa Atividade Física 3.ª Idade – conhecimento
10. Jazz ao Centro Clube – apoio

X. CULTURA

1. Novo Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Coimbra
2. O Teatrão – Teatro para a Infância de Coimbra – protocolo
3. Aquisição de escultura em papel de Isabel de Andrade
4. Prémio de Jornalismo de Investigação Adriano Lucas
5. Desconcertuna – Tuna Mista da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – transporte
6. Festival José Afonso – conhecimento

7. Expert Project – 2011 – conhecimento
8. 1.º Curso Livre de Paleografia – conhecimento
- XI. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA
 1. Concurso público para a aquisição do serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão para as instalações dos SMTUC
 2. 8.ª Modificação ao Orçamento dos SMTUC 2011
 3. Mapa de Pessoal 2012
 4. Proposta de Tarifário para 2012
 5. Processo n.º 1096 – Procedimento ao abrigo do acordo do acordo-quadro ANCP 2.2 Combustíveis Rodoviários – aquisição de gasóleo a granel
 6. Abate ao efetivo dos miniautocarros Mercedes-Benz Sprinter n.º 151 (22-39-ID) e n.º 152 (22-28-ID)
- XII. AC – ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.
 1. Instrumentos de Gestão Previsional 2012
 2. Proposta de Tarifário 2012
- XIII. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: João Paulo Barbosa de Melo
Vice-Presidente: Maria José Azevedo Santos
Vereadores: Paulo Jorge Carvalho Leitão
Luís Nuno Ranito da Costa Providência
Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco
João Gilberto Matos Orvalho
Álvaro Jorge Maia Seco
António Manuel Vilhena
Carlos Manuel Dias Cidade
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Dr. João Paulo Barbosa de Melo, Presidente da Câmara Municipal, e Secretariada por Patrícia Silveira, Técnica Superior, coadjuvada por Maria Gabriela Neves Mendes, Assistente Técnica.

Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Rui Pedro Gonçalves Duarte tendo o Executivo deliberado justificar a respetiva falta.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Sr. Vereador Francisco Queirós

1. Visita dos eurodeputados do PCP ao Bairro da Fonte da Talha

Deu conhecimento da visita de deputados do PCP no Parlamento Europeu ao Bairro da Fonte da Talha. Ilda Figueiredo e João Ferreira visitaram no passado sábado, dia 3, o Bairro da Fonte da Talha onde se encontraram com os moradores e reuniram com a Associação de Moradores deste bairro municipal e ainda com várias outras associações de moradores de bairros municipais de Coimbra. No encontro, os deputados do PCP, acompanhados pelo Sr. Vereador Francisco Queirós, ouviram as principais preocupações dos moradores dos bairros sociais: falta de equipamentos sociais (creches, centros de dia para idosos) e de equipamentos desportivos e de lazer (parques infantis e polidesportivos); reivindicação de um espaço adequado para sede da Associação de Moradores do Bairro da Fonte da Talha; questões relativas a transportes e estacionamento no bairro, etc. Os deputados constatarem ainda o agravamento da problemática da habitação social, com o crescente número de pedidos de habitação no concelho e tomaram conhecimento do plano de requalificação dos bairros sociais em curso e ainda dos novos projetos de construção de habitação social no concelho. Os deputados do PCP no Parlamento Europeu informaram que vão reclamar junto da

Comissão Europeia o reforço de fundos comunitários na área da habitação social para os próximos anos com taxas de financiamento até 90%.

2. Fusão dos HUC com o CHC

O Sr. Vereador manifestou a sua preocupação e indignação com a ofensiva brutal contra os equipamentos de saúde no concelho e o Serviço Nacional de Saúde em geral, considerando que o que se vive a partir da fusão dos Hospitais da Universidade de Coimbra com o Centro Hospitalar de Coimbra e a criação do CHUC (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra), entre outras medidas anunciadas, constitui um verdadeiro terramoto. Em causa estão já a eliminação de muitas camas, de vários serviços de cirurgia, de urgências, de uma das duas maternidades, da possibilidade de gradualmente se irem encerrando os mais diversos serviços do CHC, etc. Os Hospitais Centrais de Coimbra (CHC e HUC, hoje CHUC) com 7 800 funcionários, dos quais cerca de 1 500 médicos, 2700 enfermeiros e ainda com cerca de 2 500 camas, são não só os grandes Hospitais da região centro do País, como são hospitais de referência nacional e internacional que só por si, pela investigação, pelo ensino e pelos cuidados de saúde prestados, constituem um eixo fundamental do desenvolvimento do concelho, do distrito, da região e do próprio país que não pode ser destruído, como irresponsavelmente está a acontecer com prejuízos enormes para utentes, profissionais e para todos em geral.

Intervenção do Sr. Vereador Carlos Cidade

1. Concurso para o fornecimento das refeições escolares

O Sr. Vereador relembrou o assunto que abordou na última reunião – o concurso relativo às refeições escolares, afirmando que a sua preocupação, desde aí, agudizou-se. Tem constatado que em vários agrupamentos de escolas os pais estão apreensivos com a metodologia adotada pela Câmara, nomeadamente quanto aos pagamentos. Assim, receia que os meninos, as famílias e o erário público saiam deste processo prejudicados pela incompetência da Autarquia.

2. Relatório do Tribunal de Contas sobre a Sociedade de Reabilitação Urbana

O Sr. Vereador solicitou acesso ao relatório supra identificado e lembrou que o PS já por várias vezes chamou a atenção para a quase completa inatividade da SRU, agora confirmada pelo Tribunal de Contas. Disse que ainda não teve oportunidade de ler o Livro Branco sobre o setor empresarial local mas crê que, relativamente a Coimbra, há que encarar a realidade, nomeadamente quanto à viabilidade de certas empresas municipais e só a maioria deste Executivo é que não vê isso.

3. Reorganização administrativa do território

Sobre este assunto, entende que era conveniente que comesçassem a trabalhar nessa reorganização, no que concerne a Coimbra, para se debater, avaliar e alcançar o maior consenso possível. E exemplificou dizendo que já há freguesias a trabalharem neste sentido, como é o caso de uma freguesia da zona urbana de Coimbra que aprovou recentemente, por unanimidade de todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia, uma posição de não extinção da sua freguesia (neste caso, da Sé Nova). Assim, exige-se que a maioria tenha a coragem de, rapidamente, apresentar a proposta a que o Sr. Presidente se comprometeu, já que o Livro Verde apresenta de 31 de Janeiro como a data limite para apresentação de propostas. Tudo sem passar à margem da posição defendida pelos presidentes das juntas de freguesia do concelho de Coimbra e pela posição clara que, finalmente, a Associação Nacional de Freguesias tomou e que vai contra o Governo.

4. Fusão dos HUC e do CHC

Concordou com o Sr. Vereador Francisco Queirós que é preocupante que uma cidade com os pergaminhos que tem na área da Saúde, quer a nível nacional quer internacional, ainda não tenha tido por parte do Governo, ao fim de todo este tempo desde a tomada de posse, uma decisão quanto à hipotética fusão dos HUC e CHC e em que moldes será feita. Isto quando já o fez relativamente a outras unidades hospitalares da Região. Esta situação está a levar a que muitos projetos que estas unidades já tinham planeado estejam parados à espera de uma decisão, com enorme prejuízo não só para os profissionais de saúde mas acima de tudo para os utentes. E considera lamentável que, segundo o que tem vindo a público, a falta de decisão do Governo nesta matéria tenha a ver com guerras políticas internas do PSD sobre quem quer assumir o poder nestas unidades hospitalares.

Intervenção da Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco

1. 1.º Aniversário da Casa da Escrita

Felicitou o Sr. Presidente e a Sra. Vice-presidente pelo aniversário da Casa da Escrita, a Casa do Poeta Cochofel, que tem alma e onde se respira ainda o neorrealismo dos escritores que ali conviveram. Elogiou as orações dos vários intervenientes nesta comemoração e desejou que a Casa da Escrita seja uma casa do mundo.

2. Colóquio/debate “Padrões de normalidade e de inclusão no ensino regular”

Informou que o colóquio acima identificado se realizou no passado dia 26 de Novembro e abordou os modelos de inclusão no ensino regular de crianças e jovens portadores de deficiência motora ou de qualquer deficiência de carácter de desenvolvimento neurológico. O colóquio teve lugar no auditório do Departamento de Matemática da FCTUC e contou com a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

3. Prémio Nuno Viegas Nascimento

No mesmo dia 26 de Novembro, a Fundação Bissaya Barreto atribuiu mais um prémio Nuno Viegas do Nascimento, desta feita à Associação Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, cerimónia em que esteve presente o Sr. Primeiro-ministro, Dr. Pedro Passos Coelho.

4. Convívio na Casa dos Pobres

Ainda a 26 de Novembro esteve, acompanhada do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social, Família e Educação, num convívio na Casa dos Pobres, edifício cuja primeira pedra foi lançada há quase 10 anos e cujo presidente, Aníbal Duarte de Almeida, considera um exemplo de perseverança.

5. Centro de Artes Visuais

Terminou esse mesmo dia com uma visita à exposição de fotografia patente no CAV – Centro de Artes Visuais, e, a respeito, felicitou o Sr. Presidente e a Sra. Vice-presidente pelo renome que, atualmente, o CAV tem, nacional e internacionalmente, e por não deixarem fenecer a Arte, qualquer que seja a sua expressão.

6. Linha de crédito para as IPSS's

Congratulou-se com a iniciativa do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Marco António Costa, de negociar com a Banca uma linha de crédito de 50 milhões de euros para financiar IPSS's em risco de encerrar por dificuldades de financiamento.

7. Fusão dos HUC e dos CHC

Subscreveu a preocupação do Sr. Vereador Francisco Queirós pelo corte de 800 milhões de euros no Serviço Nacional de Saúde para o ano de 2012, que considera absolutamente lamentável. Num debate moderado pelo Sr. Presidente do CA dos HUC, Prof. Fernando Regateiro, foi dito pelo Prof. Manuel Antunes, Diretor da Cirurgia Cardioráxica dos HUC, que este corte vai ter impacto na qualidade e na quantidade de trabalho dos hospitais. E a Sra. Vereadora exemplificou com a sua experiência pessoal, dizendo que há pouco tempo teve de recorrer ao serviço de urgência dos HUC e deparou-se com um cenário impressionante: à sua frente tinha mais de uma centena de idosos acamados. Questionou a médica que a atendeu sobre o porquê de naquele dia estarem tantos idosos nas urgências, ao que ela lhe respondeu que era uma situação normal de todos os dias. E isto acontece, na sua opinião, porque as IPSS's não têm meios técnicos e recursos técnicos suficientes para resolver por si estas situações. Algo vai mal num país em que 90% das pessoas nas urgências são idosos que não obtêm resposta noutro local. Se, com este cenário dramático, a Saúde ainda vai ser alvo de tantos cortes, nem quer imaginar como será no futuro.

8. População sem-abrigo

Relativamente ao repto que lhe foi lançado pelo Sr. Vereador António Vilhena na última reunião sobre a população sem-abrigo, afirmou que este é um problema que a preocupa muitíssimo e com o qual se depara diariamente, à saída do seu próprio gabinete, ao início da noite. O Departamento que dirige naturalmente que já encaminhou ou tentou encaminhar as situações mas é preciso que se diga que muitas vezes são as próprias pessoas em dificuldades que não facilitam a tentativa de resolução das situações. Lembrou que a 4 de Maio deste ano acompanhou, juntamente com o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social, Família e Educação, uma equipa móvel de intervenção social, altura em que se apercebeu que aquela equipa funciona muito bem: todos os técnicos, voluntários, bombeiros sapadores conhecem bem todos os casos de sem-abrigo e encaminham todos os que podem ser encaminhados.

A problemática dos sem-abrigo tem vindo a aumentar. Há alguns meses havia registo de cerca de 200 casos mas, lamentavelmente, esse número tem vindo a aumentar e ainda antes do Natal conta trazer aqui dados mais concretos.

Intervenção do Sr. Vereador Luís Providência

1. Dia Internacional do Voluntariado

Informou que se festeja hoje o Dia Internacional do Voluntariado, naquele que foi o Ano Europeu do Voluntariado. Em Coimbra está a realizar-se, desde o dia 2 de Dezembro, a terceira semana de voluntariado jovem, com uma série de iniciativas de reconhecimento de ações de voluntariado que incidiram sobre a procura da forma de melhoria das condições do voluntariado e na melhor forma de sensibilizar os jovens para o valor e para a importância do voluntariado. No caso do programa europeu, que tem ligação direta ao programa “Juventude em Ação”, há ainda uma grande preocupação ao nível do voluntariado jovem de promover intercâmbios e de garantir, dessa forma, o estímulo de uma consciência de cidadania europeia.

Neste contexto, o Sr. Vereador pediu desculpa por ter de se ausentar durante algum tempo desta reunião para participar na cerimónia de encerramento desta semana europeia do voluntariado.

Intervenção do Sr. Vereador António Vilhena

1. Passagem da AAC/OAF aos quartos-de-final da Taça de Portugal

O Sr. Vereador congratulou-se pelo facto de a Académica ter passado à fase seguinte da Taça de Portugal e sugeriu que, se a equipa de Coimbra chegar à final, a Autarquia tenha um papel mais relevante do que a simples felicitação, criando condições para que todos os academistas que o desejem assistam a esse momento histórico da vida do organismo autónomo de futebol no Jamor.

2. Convívio na Casa dos Pobres

Retomando o assunto levantado pela Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco, estendeu os elogios feitos ao Presidente da Casa dos Pobres, Prof. Aníbal Duarte de Almeida, ao Eng.º Augusto Correia, que durante muitos anos trabalhou lado a lado com ele pelos mesmos objetivos nobres e solidários.

3. Insegurança no Polo II

Referiu o clima de insegurança que há muito se vive na zona do Polo II, de que hoje a imprensa local faz eco. Aquela é uma zona frequentada por muitos estudantes universitários, que tem fraca iluminação noturna e é muito pouco policiada, criticou. Nesse sentido, questionou se há alguma intervenção por parte da Polícia Municipal nesta matéria. Esta semana leu ainda uma carta de um leitor num diário que elogiava a atuação da PM na zona da Alta mas reivindicava a mesma eficiência e vigilância noutras zonas da cidade. Nesse sentido, gostaria de saber se a PM tem algum plano de ação concertada para todas as zonas da cidade.

4. Eliminação de feriados

Criticou a anunciada decisão de o Governo eliminar o feriado comemorativo do 1.º de Dezembro de 1640, que é o dia do renascimento de Portugal e está para sempre na nossa História, a data em que reconquistámos a nossa independência. Ao não assinalarmos esse acontecimento histórico, estamos a entregar a Espanha uma borracha para apagar a nossa História, criticou. Na opinião do Sr. Vereador, o problema de Portugal não está no número de feriados: é um problema de eficiência, de reorganização do trabalho, de motivação, de compensação dos que trabalham, é um problema dos patrões de Portugal e da forma como olham para a mão-de-obra. Na sua opinião, a eliminação dos feriados é uma falsa questão, é uma questão de ignorância e é um ultraje inaceitável à História e à memória de Portugal.

5. Livro verde da reforma administrativa

O Sr. Vereador acha que o Livro Verde está a transformar-se num Livro Preto para quem o pensou e exemplificou com a hostil receção que teve recentemente o Ministro Miguel Relvas pela Associação Nacional de Autarcas. Nenhuma reforma pode ser feita contra os reformados e à custa de ultimatoss.

6. 1.º Aniversário da Casa da Escrita

Endereçou parabéns à Sra. Vice-presidente pela forma como decorreu a comemoração em epígrafe e fez votos para que as maravilhosas janelas da Casa da Escrita se abram não apenas para o glorioso passado que encerram mas para um futuro repleto de iniciativas condicentes com aquele edifício. A programação e a gestão da Casa da Escrita têm de estar à altura, têm de ser de referência internacional e um exemplo para o novo equipamento a inaugurar na outra margem, o Convento de S. Francisco.

7. Fusão dos HUC e do CHC

Considerou que, neste momento, o problema dos CHUC é um problema político grave. Um governo que já está em funções há tanto tempo e que, com a aprovação do Orçamento de Estado, já consagra os CHUC, já devia ter resolvido a questão. Administrações em gestão corrente têm grandes dificuldades do ponto de vista da própria gestão das instituições. Pelo que o Sr. Vereador sabe, nalguns serviços não há dinheiro nem para comprar o básico porque não há quem assine a contabilidade. E isto afeta a qualidade dos serviços prestados e a motivação dos trabalhadores das instituições. Ninguém manda, não há capacidade de decisão e surgem cada vez mais problemas a colocar o bom nome dos profissionais e das instituições em causa. E acredita mesmo que isso se reflita na prestação dos cuidados de saúde dos utentes. Um ministro que não é capaz de decidir demonstra grande incapacidade e falta de respeito por uma região, acusou.

Intervenção do Sr. Vereador Paulo Leitão

1. Relatório do Tribunal de Contas sobre a Sociedade de Reabilitação Urbana

O Sr. Vereador começou por explicar a presença, na reunião de hoje, do Eng.º João Paulo Craveiro, a quem pediu que ali estivesse para melhor clarificar o relatório do Tribunal de Contas e as notícias que surgiram entretanto sobre a SRU.

2. Reorganização administrativa do território

Sobre este assunto disse que, conforme foi assumido por si próprio e pelo Sr. Presidente junto da comissão constituída na última Assembleia Municipal, vai começar a ser enviada a partir de amanhã parte da documentação científica existente sobre a matéria. Para já, nada muito estruturado, porque este primeiro período é sobretudo de reflexão. Disponibilizou-se a, aquando do envio à Comissão, enviar igualmente os documentos para os Srs. Vereadores.

3. Estatutos da Associação UNIVER(SC)IDADE

O Sr. Vereador explicou o porquê da urgência em agendar este assunto na reunião de hoje, dizendo que só na sexta-feira foi possível finalizar o documento com a Universidade e com as outras instituições que serão sócias fundadoras. Esta associação tem de ser criada ainda em 2011 com vista a integrar o dossier da Candidatura a Património Mundial (que deverá ser entregue até ao final de Janeiro de 2012). O próximo passo é o Plano de Gestão da referida candidatura, que em princípio virá à próxima reunião de câmara. Em Janeiro será dado a conhecer o Plano de Comunicação e terá de se realizar uma Assembleia Municipal extraordinária com vista à aprovação do Regulamento que está neste momento em fase de discussão pública.

Intervenção da Sra. Vice-presidente

1. Horário da Biblioteca Municipal

Informou que, desde o passado dia 3 de Dezembro, o horário da Biblioteca Municipal foi alargado aos sábados, passando a abrir entre as 11h e as 13h e depois das 14h às 19h. Isto numa altura em que a Biblioteca Municipal de Coimbra vai comemorar 90 anos de existência.

2. Presépio de Cabral Antunes

A Sra. Vice-presidente referiu a inauguração do presépio, no átrio dos Paços do Concelho, no passado dia 1 de Dezembro, e contou com a amável presença da filha e do genro de Cabral Antunes. Este ano os donativos destinaram-se à Associação de Defesa e de Apoio à Vida. No ano passado a instituição contemplada foi a Casa dos Pobres.

3. Prémios Municipais

Foi com gosto que descobriu que o Município possui 5 prémios municipais, número igualado por muito poucos municípios portugueses. O mais antigo é o Prémio Literário Miguel Torga/Cidade de Coimbra, criado em 1984. O mais

novo é o Prémio Literário João José Cochofel. A propósito deste último, agradeceu o destaque dado pela comunicação social ao primeiro aniversário da Casa da Escrita, que serviu também para apresentar o novo site e uma belíssima exposição de fotografia.

Deixou ainda um rasgado elogio, em nome pessoal e no da Câmara Municipal, ao trabalho desenvolvido pelo curador da Casa da Escrita, Dr. José Carlos Seabra Pereira, e a toda a equipa da Divisão de Ação Cultural, com uma especial referência à estagiária profissional da Casa, Dra. Joana Loureiro, a quem se deve muito do entusiasmo e da dinâmica conferidos a este primeiro aniversário.

4. Livro Verde da reforma administrativa do território

Disse que um bom contributo a este novo livro verde é o livro verde da Universidade de Coimbra, o cartulário do Séc. XV, que tem copiados os mais antigos documentos desde a fundação da Universidade e até ao Séc. XV. Chamava-se Livro Verde porque ainda hoje mantém uma capa de veludo verde.

5. Eliminação de feriados

Relativamente a este assunto, reportou-se uma vez mais à Universidade e explicou que o dia 1 de Março, dia da Universidade de Coimbra, assim decretado por D. Dinis a 1 de Março de 1290, tinha estatuto de feriado universitário para a UC. O Sr. Reitor Seabra Santos acabou com este feriado universitário, decisão que desencadeou muita polémica em diversos quadrantes mas que a Sra. Vice-presidente aprova inteiramente. Antes, o dia 1 de Março era um deserto na cidade universitária. Agora é efetivamente um dia de festa, com as faculdades todas abertas, com sessões de homenagem e todo um programa comemorativo da efeméride.

Relativamente aos feriados nacionais, aguarda com expectativa a decisão final mas adianta que não gostou da decisão da Igreja Católica de transferi-los para o domingo seguinte. E exemplificou dizendo que o Dia de Reis é no dia 6 de Janeiro, seja feriado ou não, não é no domingo seguinte. Quanto ao 1.º de Dezembro, fez votos de que, não sendo feriado, seja condignamente festejado. Até porque a maioria dos jovens desconhece o significado da quase totalidade dos feriados nacionais, o que considera grave.

Intervenção do Sr. Presidente

1. Fusão dos HUC e do CHC

Sobre este assunto, o Sr. Presidente anunciou que tem agendado esta semana e na próxima um conjunto de reuniões porque naturalmente que é um assunto que o preocupa. Lembrou que esta questão veio para a praça pública quando uma ministra do Governo anterior teve uma atitude que está em crer que figurará um dia nos anais da história de ciência política, que é ter dito: “Primeiro decide-se e depois estuda-se”. Esta afirmação foi proferida a propósito da fusão dos dois hospitais de Coimbra. O Sr. Presidente considera esta posição totalmente inaceitável, disse-o então como o repete agora. Na sua opinião, estamos hoje a pagar as consequências de uma decisão tão leviana: decidiu-se criar uma coisa chamada CHUC e agora ninguém sabe muito bem o que lhe fazer. É esse o problema que este Governo tem nas mãos e, nesse sentido, procurará ajudá-lo, como o fez com o anterior, a decidir bem para Coimbra e para o país. Neste pequeno território que é Coimbra há uma grande concentração de meios ligados à Saúde, lembrou, acrescentando que é isso que faz a riqueza e a força do setor da Saúde em Coimbra. E apesar de a Lei agora dizer que há só um, continuam a ser dois os grandes hospitais centrais de fim de linha nesta cidade, como existe também um Hospital Pediátrico de vocação nacional, como existem diversas escolas de enfermagem, tecnologias da saúde, farmácia, para além da Faculdade de Medicina. E crescem inúmeros serviços prestados em torno destes, num movimento centrípeto extremamente importante para a região mas também para o país e de que fazem parte empresas farmacêuticas, empresas tecnológicas na área da informação e da gestão na Saúde, prestadores de serviços especializados múltiplos. Na investigação e inovação referiu o CNC (que tem 500 investigadores) e o Observatório das Políticas de Saúde. Existe aqui a maior proporção de médicos por habitante e de outro pessoal ao serviço da Saúde por mil habitantes que há em Portugal. Isto sem esquecer o IPO e outras coisas que se absterá de elencar apenas para não ser exaustivo.

Assim, o Sr. Presidente não tem dúvidas de que a força do setor da Saúde em Coimbra resulta desta concentração e de, em função dela, ter construído uma imagem de qualidade, de segurança e de forte credibilidade. O seu receio é que, devido à crise e à necessidade de poupar, se passem receitas rápidas para a cura de um problema e que, em pouco tempo, se afete a credibilidade que demorou décadas a construir, num setor tão sensível como o da Saúde.

Em suma, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra está criado e o que importa, na sua opinião, é combater aquela ideia peregrina de que se há muitos recursos concentrados numa só terra, se calhar o melhor era espalhá-los muito bem por todo o território nacional, destruindo-se a tal ideia de concentração num território pequeno. E isto é perigoso, afirmou, porque aparentemente pode haver quem julgue que pôr um bocadinho mais em todo o lado resolve mais problemas mas o que sucede é que se desfaz a força deste polo que produz qualidade na Saúde para o país todo. Claro que admite que haja redundâncias e desperdícios que ainda se podem eliminar mas teme que, fruto de uma análise deficiente, se possa cortar em artérias fundamentais do setor da Saúde com o intuito de proceder a esta fusão. Assim, a

guerra não é Coimbra contra os outros mas sim Coimbra pelos outros, pelo país, porque o polo da Saúde de Coimbra é fundamental para o país.

Nesta altura, e por serem 17h, deu-se início ao Período de Intervenção do Público.

PONTO XIII. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. João Pedro Gonçalves Campizes

O munícipe explicou que há 3 anos que tem um processo a arrastar-se na CMC que se deve ao facto de um seu vizinho ter deitado abaixo uma casa de gás que suporta 3 botijas de 45kg, que se situava ao lado da sua, que presentemente ainda tem as 3 botijas de gás. No lugar dessa casa de gás, o vizinho decidiu construir um forno a lenha, o que naturalmente muito o angustia. Na sequência da queixa na Autarquia, o munícipe já foi visitado pela Divisão de Fiscalização Urbanística, que entretanto detetou outras irregularidades no prédio e que o munícipe já se viu obrigado a corrigir, nomeadamente demolindo um telheiro.

Criticou ainda o Livro de Obra do imóvel, onde detetou graves irregularidades.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que este processo transitou hoje do Departamento Jurídico para o Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana porque este último solicitou um parecer ao primeiro. Afirmou que este processo em nada abona a favor da Câmara Municipal: a denúncia foi feita em Dezembro de 1999. Nessa altura foi assinado o respetivo Livro de Obra pelo fiscal e pelo diretor de obra de então, dizendo que a obra se encontrava feita de acordo com o projeto. Com base nessa informação a CMC emitiu a licença de utilização.

O Sr. Vereador resumiu, nesta altura, o parecer do Departamento Jurídico, ao qual se questionou se, tendo esta licença sido emitida com base num ato nulo seria revogável ou não. De acordo com o DJ, a licença não é revogável, é um direito que assiste aos proprietários das duas frações e só poderia ter sido revogada no prazo de 1 ano (ou seja, até 2000). Por outro lado, a CMC não pode obrigar os proprietários a reporem a legalidade da altura. Não havendo ilegalidade, não se pode obrigar a repor conforme o projeto aprovado. A terceira questão é se a CMC pode agir criminalmente contra o funcionário que prestou falsas declarações, ao que o Departamento Jurídico respondeu negativamente, por ter prescrito.

O Sr. **Presidente** resumiu o problema dizendo que, em suma, o munícipe tem razão na questão que levanta e que ela será resolvida tão depressa quanto possível.

A Sra. **Vereadora Maria João Castelo-Branco** disse que, sendo a vereadora responsável pelo Departamento Jurídico, gostaria de ter tido conhecimento deste processo com antecedência e não agora, por forma a dizer algo ao munícipe, se fosse esse o caso.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** frisou que houve dois pesos e duas medidas por parte da CMC relativamente ao prédio do munícipe. Na sequência da reclamação que apresentou à CMC, já foi notificado para demolir a parte dele ilegalmente construída e cumpriu a ordem. Mas a construção ilegal do vizinho, razão da queixa apresentada, continua lá, e isto é grave, frisou. Há uma responsabilidade clara da CMC, porque alguém em seu nome afirmou que a obra estava de acordo com o projeto e não está. O Sr. Vereador não tem dúvidas de que este processo só se vai resolver pela via judicial mas há coisas que ainda dependem da Autarquia e essas devem ser imediatamente resolvidas.

O **munícipe** acrescentou que o seu vizinho alterou a fachada do prédio e disso mesmo deu conta à CMC, mas não obteve resposta. Disse ainda que o hall da sua casa atualmente é a varanda. Acrescentou saber que tinha situações ilegais e por isso mesmo acatou de imediato a ordem da CMC e repôs conforme solicitado. Mas o vizinho não o fez.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** salientou que há que distinguir as obras que foram feitas até à licença de utilização (e o parecer diz que a CMC não pode afetar essas obras em nada porque aquela licença é válida, apesar de ter sido precedida de falsas declarações) e as posteriores, e nestas segundas há que repor a legalidade.

Nesta altura o Sr. Presidente deu a palavra ao Eng.º João Paulo Craveiro, Presidente da Coimbra Viva SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, convidado a prestar alguns esclarecimentos aos Srs. Vereadores a propósito do relatório do Tribunal de Contas sobre a referida Sociedade.

O **Presidente da Coimbra Viva SRU** agradeceu a oportunidade dada pela Câmara Municipal de vir falar sobre o Relatório do Tribunal de Contas elaborado sobre a atividade da SRU, bem como sobre alguns comentários veiculados na comunicação social neste âmbito. Disse que, em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que o Relatório do Tribunal de Contas consistia numa auditoria à sustentabilidade de empresas de capitais públicos, e não às contas da SRU em particular. Face à situação do país, o Tribunal de Contas decidiu fazer esta auditoria para aquilatar a adequação da

resposta das empresas de capitais públicos aos problemas para os quais foram constituídas. Disse que a referida instituição estabeleceu os seus próprios critérios, escolhendo diversas empresas de capitais públicos, dentre as quais a Coimbra Viva SRU e a Porto Vivo SRU. Informou que recebeu na passada semana o CD com o relatório, acrescentando que o faria chegar, ainda naquela tarde à Autarquia, para os fins convenientes. Relativamente aos elementos solicitados às empresas que foram auditadas, esclareceu que foram enviadas as contas das empresas desde a sua constituição até os dias de hoje, sublinhando que eram públicos. Declarou que o próprio Tribunal de Contas distinguia dois tipos de empresas: as que fornecem serviços e, portanto, têm despesas e receitas, e aquelas que não possuem um caráter mercantil como objetivo desde a sua constituição, onde eram, obviamente, incluídas as SRU's e as sociedades Pólis (que tinham um prazo de duração limitado, pois eram empresas de capitais públicos constituídas para cumprimento de determinada obra, finda a qual acabaria a própria empresa). Comparou as Pólis com as SRU's, mostrando que eram diferentes, pois não tinham uma duração limitada por lei, sendo parecidas quanto a não venda de serviços e objetos. Afirmou não haver qualquer comentário neste relatório relativamente às contas ou à atuação das Sociedades de Reabilitação Urbana, mas o mesmo apresentava algumas conclusões, em forma de recomendações ao Estado (quer ao Governo, quer às Autarquias que participam nestas diversas empresas de capitais públicos). Basicamente, pede aos acionistas para que verificassem se, de facto, a melhor solução para atingir os objetivos era manter estas empresas no setor empresarial do Estado ou incluídas no setor público administrativo. Salientou que de todas as empresas, com exceção daquelas com duração limitada, que foram constituídas com determinado objetivo, a única que não tinha qualquer dívida era a Coimbra Viva SRU.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** disse que queria deixar uma pequena nota sobre o Relatório do Tribunal de Contas e, depois, aproveitar a presença do Eng.º João Paulo Craveiro para saber o que se passava com os projetos da SRU, particularmente com o que estava a decorrer. Em relação ao Relatório, declarou que tinha um preconceito de base, confessando que não dava grande valor aos relatórios do Tribunal de Contas, e, como tal, não era um observador completamente isento desta questão. Sugeriu à maioria do Executivo que, através dos canais próprios dos partidos, sugerissem ao Governo que nomeasse para presidente de todas as empresas públicas do Estado os juizes conselheiros do Tribunal de Contas, uma vez que sabiam tudo sobre gestão. Gracejou que eram as iminências ao nível da capacidade de gestão e da competência e dedicação que os fariam resolver os problemas todos, nomeadamente o de financiamento das empresas de transportes. Contudo, disse que havia uma questão levantada pelo Tribunal de Contas que é relevante. Não discutiria a gestão da Coimbra Viva SRU, mas a verdade era que, ao fim destes anos, ainda não tinha havido resultados práticos, questão que era claramente mais política do que técnica. Pediu que o Presidente da Coimbra Viva SRU explicasse o motivo pelo qual, até agora, não tem sido possível chegar a estes resultados. Palpitou que o referido motivo era a Câmara Municipal não tem feito o que devia: dar os meios financeiros necessários para que a SRU pudesse ter produzido resultados mais cedo. Disse ser do conhecimento geral, mas o Sr. Vereador o sabia por motivos profissionais, que houve uma série de contratempos que não podiam ser antevistos. No entanto, opinou que se a empresa tivesse tido meios financeiros, os quais só conseguiu obter muito recentemente, teria capacidade de intervenção real no mercado. Deixando de lado o passado, e olhando para a frente, o Sr. Vereador questionou o Presidente da Coimbra Viva SRU sobre qual era o ponto de situação do projeto, particularmente duas questões: embora soubesse que ele não era o responsável pelo projeto do metro, como havia uma interação óbvia numa das áreas de intervenção da SRU com o mesmo, gostaria de perguntar qual era a situação da aprovação do projeto da linha do metro para aquele troço, e saber se o problema da aprovação da alteração do estudo de impacto ambiental já estava resolvido, bem como se o Governo já se tinha pronunciado sobre a cedência ou não dos terrenos cuja propriedade são da Metro Mondego na zona da área de intervenção da SRU. Por outro lado, inquiriu também qual era a situação do fundo imobiliário e quais seriam os procedimentos a desenvolver nas próximas semanas e meses.

O Sr. **Presidente** disse que, aproveitando a presença do Eng. Craveiro, e uma vez que não havia perguntas sobre o Relatório do Tribunal de Contas, mas havendo sobre outros assuntos, poder-se-ia usar um pouco mais de tempo para esclarecer outros tópicos, passando a palavra ao Sr. **Vereador Francisco Queirós**, que afirmou que as questões que queria colocar seriam eventualmente redundantes diante da intervenção do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, mas julgava que, naquele momento, interessava aos munícipes e à Câmara Municipal de Coimbra, bem como à SRU, que fosse clarificado o máximo possível toda uma situação que a comunicação social abordou. Como acontece nestas situações, os munícipes ficam desconfiados, sem saber se houve um conjunto de irregularidades ou situações que não seriam moralmente as mais corretas. Lembrou que vieram duas questões de fundo a público: uma é política, como já havia sido dito, e dizia respeito à perspectiva de quando se iniciariam as obras e, a outra, que faria sentido, em defesa da honra do próprio Presidente da Coimbra Viva SRU, que dissesse algo relativamente ao referido pela comunicação social, nomeadamente quanto aos vencimentos dos membros da Administração da empresa, acrescentando ser benéfico recordar quem aprovou os mesmos.

O **Presidente da Coimbra Viva SRU** disse que gostaria de repetir algo que já tinha tido a oportunidade de dizer noutra altura, e que ia ao encontro do que se tem passado, que era a constatação de ter havido pouca reabilitação urbana na Baixa até ao momento. Afirmou que, da legislação que tem sido aprovada em Portugal sobre a matéria, a primeira foi o Decreto-Lei 104/2004, que deu origem à formação das sociedades de reabilitação urbana, inerente ao funcionamento

das mesmas, e tinha como princípio que a reabilitação urbana devia ser prioritariamente levada a efeito pelos proprietários dos prédios. Assim, as sociedades deviam, em primeiro lugar, criar condições para que os proprietários fossem capazes de executar a sua reabilitação e, quando os referidos proprietários não estabeleciam este contrato com as SRU's, colocar-se-ia a hipótese das sociedades procederem à expropriação dos prédios e fazerem, elas próprias, a reabilitação. Como é evidente, a Sociedade de Reabilitação Urbana de Coimbra não teve, desde o início, verbas para fazer a tal expropriação dos prédios e reabilitá-los. A alternativa prevista na legislação era que a reabilitação urbana podia ser feita pelos proprietários ou, eventualmente, por parcerias público-privadas. Assim, o Estado não investia dinheiro algum neste processo. Disse que a Sociedade de Reabilitação Urbana de Coimbra, sempre de acordo com os seus acionistas, pois estas situações ao longo dos anos têm sido debatidas em Assembleia Geral, definiu como estratégia que, não tendo dinheiro, não tinha prédios (ao contrário de outras sociedades de reabilitação urbana que foram constituídas em que, sendo proprietárias de prédios, faziam a reabilitação para posterior colocação no mercado para venda). Assim, em alternativa, a Coimbra Viva SRU procurou as parcerias público-privadas. Disse ser óbvio que era preciso fazer o que não havia na Baixa de Coimbra, nomeadamente um plano de urbanização ou um plano de pormenor, sendo preciso definir, do ponto de vista urbanístico, o que se poderia fazer no local. Portanto, os primeiros trabalhos da Sociedade de Reabilitação Urbana tiveram a ver com a definição destas soluções urbanísticas, acrescentando que foi necessário abrir um concurso público para escolha de projetistas e de entidades ligadas a projetos para definir estes documentos urbanísticos, o que foi feito. Contudo, em posse dos documentos estratégicos, não havia verbas para a compra de prédios. Acrescente-se a isso que a maior parte dos proprietários não se dispuseram a fazer as obras, o que implicou na abertura de concursos para parcerias público-privadas para áreas relativamente grandes da Baixa, fristou. Informou que uma delas era a que tinha a primeira unidade de intervenção, com documento estratégico aprovado, sendo a outra a segunda unidade de intervenção, situada a norte da primeira, indo desde a Rua Nova, junto à Democrática, até ao Arnado. Disse que foram abertos concursos públicos internacionais para a escolha de parceiros privados para a reabilitação urbana da zona, lembrando que houve concorrentes para a primeira unidade de intervenção que, no fim, curiosamente, desistiram, e, na segunda, houve um concorrente que foi até ao fim do processo, inclusivamente elaborando uma proposta de documento estratégico bastante bem feita e detalhada, na qual foram despendidos meses a discutir os termos contratuais entre a Sociedade de Reabilitação Urbana e o concorrente, mas, na última reunião, no verão de 2009, quando os últimos pormenores seriam acertados para a reabilitação da área toda, informou que desistia porque os parceiros financeiros, os bancos que iriam suportar a proposta, resolveram não continuar. Concordeu que a situação vista do exterior dava a entender que nada estava a ser feito, mas, na realidade, houve muito trabalho, além dos elevados gastos de quem concorreu à parceria público-privada (explicitando que foram desembolsadas dezenas de milhares de contos, e não de euros, naquele projeto). A situação financeira dos bancos deteriorou-se de tal forma que informaram que não investiam mais no imobiliário, ficando as parcerias público-privadas esgotadas, sobretudo deste prisma. Da lei constava um artigo que estipulava que para a reabilitação urbana poderiam ser constituídos fundos de investimento imobiliário. Entretanto, apareceu uma nova legislação que veio substituir o referido Decreto-Lei 104/2004, o Decreto-Lei 307/2009, e que veio ligar a reabilitação urbana ao resto da legislação sobre POEDF, ou seja, o que existia como documento estratégico, do ponto de vista urbanístico, é válido legalmente apenas entre a Sociedade de Reabilitação Urbana e os proprietários e, por isso, estava registado em cada prédio nas respetivas Conservatórias, mas não era válido para terceiros, não sendo considerado um plano de pormenor, este sim válido para todos os intervenientes. Disse que a nova legislação veio tentar colmatar isto, de alguma maneira, não só introduzindo fatores como maior exigência e de integração na restante legislação, mas também se traduzindo num aumento de trabalho, tempo e despesas. Em colaboração com a Câmara Municipal, a SRU estava, neste momento, a delimitar as chamadas áreas de reabilitação urbana da Baixa, as duas ARU's mencionadas, a da Baixa e a da Beira-Rio, por também entender que não fazia sentido estar a estudar apenas a Baixa sem a ligação ao rio, optando-se pelo recurso ao fundo imobiliário.

Relativamente ao ponto da situação do fundo imobiliário, o Presidente da Coimbra Viva SRU informou que foi feita a primeira subscrição em maio, tendo entrado diversos proprietários privados e também subscritores financeiros, sendo um destes últimos, o maioritário, a SRU, que subscreveu unidades de participação no valor de dois milhões e meio de euros, de acordo com o definido pelos seus acionistas (o IHRU, com 51%, e a Câmara Municipal, com 49%). Deu a conhecer que, neste momento, estavam a ser feitos os projetos, sendo definida uma estratégia para que nem todas as obras sejam iniciadas ao mesmo tempo, mas havia aquelas que eram urgentes, designadamente alguns prédios na Rua Direita que estavam muito degradados e com possibilidade de ruína, que serão os primeiros a ser intervencionados. Por outro lado, todo o quarteirão entre a Rua da Nogueira/Rua Direita e a Rua João Cabreira tem o projeto de arquitetura a ser ultimado para ser submetido ao IGESPAR ainda antes do Natal, acrescentando que já teve uma reunião com a Diretora daquela entidade na semana passada para preparar este assunto. Lembrou que se tratava de uma intervenção bastante grande, que contava com um parque de estacionamento por baixo da área delimitada, que disponibilizaria lugares aos novos moradores, não sendo um público, a pagar. Frisou que estes lugares estariam afetos às frações e era, portanto, um projeto relativamente complicado que possuía outra agravante: alguns dos proprietários por cima do parque de estacionamento recusam-se a vender e a fazer obras. Neste momento, a SRU estava a terminar as avaliações para a expropriação, que terá necessariamente que decorrer em quatro ou cinco propriedades ou não haverá obras. Disse ainda ter a esperança que em sede da primeira fase de expropriação, aquando da negociação, ainda haveria acordo, concluindo os proprietários que seria bastante mais favorável do ponto de vista financeiro aderirem ao fundo de

investimento imobiliário do que serem remunerados pela expropriação. Disse ainda que a legislação estipulava o seguinte: para as expropriações, no caso da reabilitação urbana, a declaração de utilidade pública é feita em Conselho de Administração da SRU, não havendo necessidade de publicação do Governo, nem sequer em Diário da República, havendo tomada de posse imediata por ser considerada de carácter de urgência. Explicou que tal significava que os projetos estavam a avançar partindo do princípio que seriam executados. Disse que a meta era iniciar as obras em março do próximo ano, se não existir demasiados problemas do ponto de vista da aprovação do património. Junto do IGESPAR, estava-se a tentar encontrar uma solução que permitisse resolver os problemas todos de uma vez.

Relativamente à aprovação da linha do metro, respondeu ao Sr. Vereador Álvaro Maia Seco que não sabia responder, sugerindo que perguntasse à atual Administração da Metro Mondego. Foi informado que, dentro de muito pouco tempo, iria dar entrada na SRU o pedido de licenciamento das obras que não avançavam por causa do estudo de impacto ambiental. Portanto, pressupunha que o problema estava resolvido, mas não tinha meios para confirmar.

Sobre a cedência dos prédios da Metro Mondego, foi informado pela Administração que a mesma tem feito muita pressão junto da tutela para a realização de uma Assembleia Geral para debaterem a integração dos prédios daquela entidade no Fundo de Investimento Imobiliário, mas que ainda não obteve resposta, sendo certo que os pareceres técnicos das Finanças são favoráveis, pois acham a solução adequada, com valores enquadrados nos interesses dos acionistas da Metro Mondego. Opinou que faltava apenas uma decisão política sobre a Metro Mondego, o que era preocupante, pois iam avançar com outros prédios que, ao serem intervencionados e postos no mercado, seriam prejudicados pela situação da área envolvente, o que inviabilizaria financeiramente a pretensão.

Em relação aos vencimentos, respondeu ao Sr. Vereador Francisco Queirós que foram definidos pelos acionistas antes mesmo da sua entrada na empresa, e que os valores aparentemente auferidos eram os divulgados, sem levar em consideração os descontos aplicáveis (Finanças, IRS,...).

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que, se tinha entendido a pergunta do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco sobre a alteração à DIA, informou que o Secretário de Estado já despachou para a APA para esta formalizar a proposta de deliberação para alteração da DIA, já que a APA tinha suscitado ao Gabinete do Secretário de Estado anterior se a matéria era para avançar ou não. Assim, o Secretário de Estado despachou no sentido da APA formalizar a proposta para a liberação futura positiva da Secretaria de Estado, devendo estar para breve.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** perguntou se quem poderia esclarecer o Executivo era o Sr. Presidente, enquanto acionista da empresa Metro Mondego, porque, conforme havia sido dito, toda a arquitetura da SRU, mais uma vez, arrisca-se a cair por terra, pois nada do planeado funcionará se as áreas do Metro Mondego não for a das primeiras a serem colocadas no mercado. Era evidente que o polo de difusão daquele processo de regeneração da zona da Baixinha estava centrado nos terrenos da Metro e, portanto, gostaria de saber se iria arriscar-se a, daqui um ano ou dois, voltarem a discutir o assunto porque passaram mais dois anos e nada se fez, conforme o historial que ouviu. Perguntou se o Presidente da Coimbra Viva SRU podia dar indicações, para além das dadas pelo Sr. Vereador Paulo Leitão, sobre o ponto da situação. Após a avaliação de impacto ambiental, há o recapto do projeto, e, depois, a decisão sobre a entrega, ou não, ao fundo dos terrenos. Por outro lado, tinha ouvido uma novidade que o Sr. Vereador gostaria de confirmar, não vendo outra pessoa para o fazer além do Sr. Presidente, até para não receber este tipo de informação pela comunicação social. Perguntou se, quanto ao início das obras, se estas só podiam ser de demolição. Como esta informação nunca veio ao Executivo, desejava saber se os barracões que estavam ao lado da Av. Fernão de Magalhães e que já deviam ter sido demolidos há dez anos, só podiam ser demolidos depois do recapto aprovado. Assim, não podia ser tão célere, pois devia existir declaração de impacto ambiental primeiro. Perante algumas dúvidas apresentadas pelos presentes quanto ao assunto, o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco assegurou que era necessário haver recapto do projeto. O Sr. **Presidente da Coimbra Viva SRU** disse que não se referia às obras do metro, mas às obras no âmbito da reabilitação da SRU no quarteirão mencionado. Repetiu que foi avisado que, dentro de pouco tempo, iria ser dada entrada do licenciamento dos prédios.

O Sr. **Presidente** declarou que já tinha combinado com o anterior Presidente da Assembleia Geral da Metro Mondego, o Presidente da Câmara Municipal da Lousã, que renunciou há pouco tempo ao cargo, a realização de uma Assembleia Geral daquela empresa, em consonância com a outra Câmara Municipal envolvida, a de Miranda do Corvo, pretensão deferida pelo Governo. Como houve a substituição no cargo, esta questão prática está a ser solucionada, esperando que, até o final do mês, a mesma pudesse ser realizada para que se deliberasse sobre este assunto.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS

1.1. Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 21 de novembro de 2011

Deliberação nº 4404/2011 (05/12/2011):

- **Aprovada a ata da reunião do dia 21 de novembro de 2011, com as alterações introduzidas à respetiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta. O Sr. Vereador Álvaro Maia Seco não participou na votação por não ter estado presente na reunião anterior.

PONTO II - APOIO ÀS FREGUESIAS

II.1. Protocolo de Delegações de Competências 2011 – freguesia de Ceira – alteração

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse ter dúvidas relativamente à nova ação proposta para ser desenvolvida na Junta de Freguesia de Ceira, designadamente a “Pavimentação da Rua da Cavada Além – Carvalho”. Perguntou se esta rua iria servir à comunidade deste lugar ou se, por acaso, era uma via que servia uma moradia que foi restaurada há relativamente pouco tempo, apenas sendo utilizada por poucas pessoas que lá iam passar o final de semana. Disse que a questão que colocava era de interesse público.

O Sr. **Presidente** disse que a proposta de alteração era apresentada pela junta de freguesia em causa, mas o Sr. **Vereador Carlos Cidade** insistiu que estava a perguntar à Câmara Municipal se, de facto, a pavimentação desta rua em concreto era de grande interesse público. Como tinha dúvidas, estava a perguntar à Câmara Municipal pois, uma vez que estavam a decidir, deviam estar conscientes do que estavam a deliberar.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que tentaria responder de forma simples, pois não tinha tido a possibilidade de se deslocar ao local, nem aferir as questões que estavam a ser levantadas, ao que o Sr. **Vereador Carlos Cidade** retorquiu que, como o processo estava agendado para a reunião do Executivo, o Sr. Vereador Paulo Leitão devia ter a preocupação de saber em que estava a votar. O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que era uma proposta da junta de freguesia que não seria aceite pelas técnicas do Gabinete de Apoio às Freguesias se não se tratasse de espaço público. Portanto, se a junta de freguesia, que conhece melhor o local, entende que existe interesse nesta pavimentação, à semelhança do tratamento que foi dado às demais, não foi levantada nenhuma questão pela Autarquia, mesmo porque o Sr. Vereador Paulo Leitão desconhecia o assunto exposto pelo Sr. Vereador Carlos Cidade.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** declarou que, verificando as ações que foram anuladas, e conhecendo os arruamentos que estão em causa nestas mesmas ações, que efetivamente servem centenas de pessoas, mantinha-se em dúvida se esta Rua da Cavada de Além tinha a mesma relevância, uma vez que conhecia os locais que ficavam prejudicados. Por outro lado, sobre a outra nova ação proposta, “Construção de coletores de águas pluviais em S. Frutuoso”, perguntou se de facto se tratava de uma obra que era necessariamente pública ou se deveriam ser os privados a fazerem-na. Disse ser outra questão pertinente, salientou, afirmando que o processo não tinha fundamentação que permitisse saber se era necessariamente uma obra pública ou, eventualmente, uma empreitada que os privados estivessem obrigados a fazer.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** reconheceu que não dispunha de tal informação, mas afirmou que os protocolos de delegação de competências eram destinados à execução de obras públicas, em espaços públicos, e o princípio que tem vindo a ser seguido para todas as juntas de freguesia era de que as obras eram propostas por estas entidades, depois de serem verificados se todos os requisitos foram cumpridos.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse que estavam a falar de assuntos diferentes, lembrando que havia privados que tinham de fazer obras em espaço público, mas não era isso que estava em causa.

O Sr. **Presidente** disse que as questões que estavam a ser levantadas eram evidentemente pertinentes, e, não havendo uma necessidade tal que o assunto tivesse de ser resolvido com tamanha urgência, sugeriu que o Sr. Vereador Paulo Leitão obtivesse mais informação e que o assunto fosse trazido numa próxima reunião do Executivo.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** congratulou o Sr. Presidente por esta decisão, acrescentando que, quando os processos são agendados para a sessão, têm de ser analisados. Disse que até podia haver justeza nas propostas apresentadas, mas as questões que colocou tinham importância. Lembrou que este assunto tinha a ver com questões de planificação, não concebendo que, no final do ano, as juntas de freguesia estivessem a propor alterações referentes aos protocolos. Desconfiava que muitas das obras já estivessem feitas e, a confirmarem-se algumas preocupações, a situação era pior. Disse que a Câmara Municipal devia ter uma metodologia relativamente a esta matéria, com regras e prazos bem estipulados. Atendendo ser sabido que estas alterações tinham que ser aprovadas nas assembleias de freguesia, duvidava

que algumas destas o tivessem sido. Afirmou que se estava a entrar num processo de descontrolo nesta matéria, custando ao Sr. Vereador entender que, em dezembro, ainda estivessem a ser propostas alterações a obras que constam do plano de atividades do ano passado, aprovado em dezembro de 2011, e onde se envolviam verbas desta magnitude. Ponderou que o problema estava na Câmara Municipal, ou em algumas juntas de freguesia, no que tocava a sua planificação e ao respeito pelos órgãos autárquicos.

Sobre os Protocolos de Delegação de Competências, o Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que convinha ser frisado que muitas das intervenções precisam, como parceiros, de entidades com protocolos programados e assinados em março e, muitas vezes, verifica-se que existe derrapagens nas obras, bem como obras que não podem ser feitas naquele ano e, quando as juntas de freguesia se apercebem, apresentam propostas de alteração aos mesmos. Muitas vezes, por responsabilidade das próprias juntas, estas propostas derrapam até dezembro. Na opinião do Sr. Vereador, a única forma de resolver o problema é não aceitar a submissão de pedidos de alteração, retirando estas verbas às juntas. Assim, caso não executem o protocolo conforme os prazos que estavam previamente estabelecidos, a Câmara Municipal não aprovaria esta alteração ao mesmo. Como o Sr. Vereador Paulo Leitão não proporia uma ação desta natureza, deixou o Sr. Vereador Carlos Cidade à vontade para o fazer, o que promoveria a discussão da proposta e de caminhos alternativos.

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

II.2. Protocolo de Delegação de Competências 2011 – freguesia de Taveiro – alteração

A Junta de Freguesia de Taveiro solicitou a alteração ao Protocolo de Delegação de Competências Municipais de 2011, por pretender diminuir a ação “Construção de vários passeios na Freguesia” e reforçar a ação de “Construção de passeios na Rua Júlio Araújo Vieira”, devido ao facto desta última ação ter ficado mais onerosa.

Assim, e por ser justificável o pedido de alteração apresentado e dele não resultar acréscimo de encargos para o Município, foi elaborada a informação n.º 42260, de 24/11/2011, do Gabinete de Apoio às Freguesias, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4405/2011 (05/12/2011):

- **Autorizar a seguinte alteração ao Protocolo de Delegação de Competências Municipais para 2011 à Junta de Freguesia de Taveiro:**

Redução da ação:

- Construção de vários passeios na Freguesia

€ 5.000,00

Nova ação:

- Construção de passeios na Rua Júlio Araújo Vieira - reforço

€ 5.000,00

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.3. Junta de Freguesia de Antanhol – Requalificação do Largo da Capela de Antanhol – apoio

O Sr. Vereador Paulo Leitão pediu desculpa pelo lapso constante na alínea b) da informação, em que é referida a freguesia de S. João do Campo e não Antanhol, como deveria.

Com o intuito de reorganizar o espaço em causa de modo a privilegiar a zona pedonal e revitalizar a envolvente à igreja da Freguesia de Antanhol, foi elaborada a informação n.º 41177, de 17/11/2011, do Gabinete de Apoio às Freguesias, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4406/2011 (05/12/2011):

- **Atribuir à Junta de Freguesia de Antanhol, mediante a celebração de protocolo, um subsídio no valor de € 40.000,00 para comparticipação dos trabalhos de “Requalificação do Largo da Capela de Antanhol”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.4. Junta de Freguesia de Antuzede – Obras de Remodelação e Beneficiação da Antiga Escola da Póvoa do Pinheiro – apoio

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** teceu considerações do ponto de vista político-partidário, dizendo que os subsídios atribuídos às juntas de freguesia comandadas pelo Partido Social Democrata, apoios propostos pela maioria do Executivo, eram bem diferentes do que aos propostos às lideradas pelo Partido Socialista. Afirmou que o exemplo

estava espelhado nesta proposta: numa obra em que a junta de freguesia mobilizou a população para ajudar a recuperar a Escola Primária da Póvoa do Pinheiro, de forma a amenizar nos custos recorrendo ao trabalho solidário prestado a serviço do apoio social naquela localidade, foi atribuído um subsídio de cinco mil euros, montante que não atinge o solicitado por aquela junta, nem o investimento ali feito. Relativamente às requalificações das outras infraestruturas, cujos processos estavam agendados, os valores eram brutalmente superiores. Disse crer que deveria haver alguma preocupação no tratamento igualitário dos pedidos. Apesar de tal não começar a acontecer agora, afirmou que atualmente a tolerância para este tipo de atitude é nenhuma, e, portanto, a mesma deveria ser mudada.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** afirmou que o apoio que o Sr. Vereador Carlos Cidade referiu foi solicitado e acordado com a junta de freguesia, reforçando que eram todos cidadãos de Coimbra e que não fazia distinção sobre uns ou outros.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** passou a citar uma declaração feita sobre o assunto, sem, contudo, revelar a sua fonte: “Relativamente à atribuição do subsídio à Junta de Freguesia de Antuzede, sinto-me dececionado. A Câmara Municipal de Coimbra, que tanto apregoa o incentivo à ação social, atribui cinco mil euros à Freguesia de Antuzede para a regulação do Centro Cívico. Esta é uma obra que vai colmatar uma falha da nossa freguesia, promover mais ação social e acompanhamento dos idosos. Verifico, com muita tristeza, que as freguesias do PSD fazem obra que competia a outras entidades, nomeadamente as Comissões Fabriqueiras recebem quinze mil e muito mais. Naturalmente, nota-se a diferença de tratamento entre as freguesias. Assim, não conseguimos ir muito longe.”

O Sr. **Presidente** disse que, da sua parte, tem feito um esforço, que continuará a fazer, para não tratar nenhuma freguesia de forma desigual. Eventualmente, numa reunião são atribuídos mais a umas do que outras, mas que o balanço, no final do ano, seria equilibrado. Se o mesmo for feito, disse que o Sr. Vereador Carlos Cidade provavelmente ficaria surpreendido com a análise.

De forma a ajudar nas obras de requalificação da Antiga Escola da Póvoa do Pinheiro para instalar o Centro Cívico da Freguesia de Antuzede no local, foi elaborada a informação n.º 41179, de 17/11/2011, do Gabinete de Apoio às Freguesias, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4407/2011 (05/12/2011):

- **Atribuir à Junta de Freguesia de Antuzede, mediante a celebração de protocolo, um subsídio no valor de € 5.000,00 para comparticipação dos trabalhos de “Remodelação e Beneficiação da Antiga Escola Primária da Póvoa do Pinheiro”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.5. Junta de Freguesia de São Martinho de Árvore – Requalificação da Capela de São Sebastião – apoio

De forma a ajudar nas obras de requalificação da empreitada em epígrafe, foi elaborada a informação n.º 41168, de 17/11/2011, do Gabinete de Apoio às Freguesias, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4408/2011 (05/12/2011):

- **Atribuir à Junta de Freguesia de São Martinho de Árvore, mediante a celebração de protocolo, um subsídio no valor de € 15.000,00 para comparticipação dos trabalhos de “Requalificação da Capela de S. Sebastião”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.6. Junta de Freguesia de Taveiro – Requalificação do Espaço para a Instalação da Extensão em Taveiro da Cruz Vermelha Portuguesa – apoio

De forma a ajudar nas obras de requalificação do espaço destinado a instalar a Cruz Vermelha, foi elaborada a informação n.º 41171, de 17/11/2011, do Gabinete de Apoio às Freguesias, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4409/2011 (05/12/2011):

- **Atribuir à Junta de Freguesia de Taveiro, mediante a celebração de protocolo, um subsídio no valor de € 20.000,00 para comparticipação dos trabalhos de “Requalificação do Espaço para a Instalação da Extensão em Taveiro da Cruz Vermelha Portuguesa”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.7. Acesso ao Cemitério de Castelo Viegas – adjudicação

Para este assunto, foi elaborada a informação n.º 41806, de 22/11/2011, do Gabinete de Apoio às Freguesias, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4410/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar a ordenação das propostas concorrentes;**
- **Adjudicar a empreitada “Acesso ao Cemitério de Castelo Viegas” à empresa CENTROPLANA, Lda. pelo valor de € 52.311,68, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 90 dias, por ser a proposta que, de acordo com a ordenação aprovada e face ao critério de adjudicação definido no n.º 12 do convite, é a mais vantajosa e que se encontra nas condições legais e formais exigidas.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO III - PLANEAMENTO E CONTROLO

II.1.

III.1. Associação do Exploratório Infante D. Henrique – adenda ao protocolo de colaboração

Para este assunto, e com base na informação n.º 42456, de 25/11/2011, do Gabinete de Planeamento e Controlo e parecer do Diretor do referido Gabinete, da mesma data, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4411/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar a adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Associação Exploratório Infante D. Henrique e o Município de Coimbra, cuja minuta, dada a extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma, que atualiza a comparticipação do Município (para 20% do investimento elegível, quando anteriormente era 45%), atendendo à aprovação da reprogramação financeira aprovada pelo Mais Centro, que subiu a comparticipação FEDER de 55% para 80%.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

III.2. Situação dos projetos cofinanciados em 30/09/2011 – conhecimento

Pela informação n.º 41902, de 09/11/2011, do Gabinete de Planeamento e Controlo foi dado conhecimento dos quadros resumo de execução e referências, até 31/09/2011, dos projetos cofinanciados.

Nesse sentido, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4412/2011 (05/12/2011):

- **Tomado conhecimento.**

PONTO IV - RELAÇÃO COM O MUNÍCIPE

IV.1. Época Natalícia 2011 – alteração de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais

Face ao pedido da ACIC para alteração dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais do concelho de Coimbra durante a época natalícia 2011, e com base na informação n.º 41887, de 22/11/2011, do Gabinete de Relação com o Município, parecer da Chefe daquele Gabinete, datado de 29/11/2011 e despacho do Sr. Presidente, de 30/11/2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4413/2011 (05/12/2011):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 30/11/2011, que isentou os estabelecimentos comerciais do pagamento das taxas de alteração dos horários de funcionamento, desde que estes se encontrem devidamente licenciados e com horário de funcionamento aprovado, dentro dos limites legais previstos no artigo 3.º do Regulamento, nos termos da alínea b) do n.º 4 do art. 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o n.º 3 do art.º 8.º do Regulamento e Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais, como forma de apoio, sendo que as mesmas ascenderiam a € 20.882,60;**

- **Notificar os requerentes em nome individual e a ACIC da presente deliberação, para posterior divulgação, bem como à Polícia Municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO V - FINANÇAS E PATRIMÓNIO

V.1. Situação Financeira

Foi presente o balancete referente ao dia 02 de dezembro de 2011, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de € 6.714.165,49 (seis milhões setecentos e catorze mil cento e sessenta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de € 3.843.380,03 (três milhões oitocentos e quarenta e três mil trezentos e oitenta euros e três cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de € 2.870.785,46 (dois milhões oitocentos e setenta mil setecentos e oitenta e cinco euros e quarenta e seis cêntimos).

Deliberação nº 4414/2011 (05/12/2011):

- **Tomado conhecimento.**

V.2. Concurso Público n.º 6/2006 – liberação de caução

Para o assunto em epígrafe, e passados 30 dias do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, conforme disposto no art.º 71.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, foi elaborada a informação n.º 41621, de 21/11/2011, do Chefe da Divisão de Património e Aprovisionamento, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4415/2011 (05/12/2011):

- **Libertar a caução constituída pela garantia bancária n.º 125-02-1104083, no valor de € 49.512,00, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A., relativa à prestação de serviços de limpeza de edifícios municipais pela empresa Vadeca Ambiente – Preservação e Controle, S.A..**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.3. Concurso Público n.º 2/2011 – fornecimento de gás natural

Para o assunto em epígrafe, foi elaborada a informação n.º 42200, de 24/11/2011, do Chefe da Divisão de Património e Aprovisionamento, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 4416/2011 (05/12/2011):

- **Corrigir a deliberação da Câmara Municipal n.º 4139/2011, de 24/10/2011, devendo o valor contratual para os efeitos previstos no art.º 97.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, que determina incluir no preço contratual o preço a pagar na sequência de qualquer prorrogação contratualmente prevista, expressa ou tácita, ser estimado em € 908.311,17, acrescido de IVA (23% - € 208.911,57), somando € 1.117.222,54, que corresponde ao valor da adjudicação acrescido do preço relativo à possibilidade de prorrogação do contrato por mais um ano (cláusula 4.ª do caderno de encargos).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.4. Concurso Público n.º 16-17/2011 – fornecimento contínuo de gasóleo

Para o assunto em epígrafe, foi elaborada a informação n.º 42331, de 25/11/2011, da Divisão de Património e Aprovisionamento, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 4417/2011 (05/12/2011):

- **Submeter à autorização da Assembleia Municipal a alteração do valor das despesas plurianuais para o fornecimento contínuo de gasóleo, ao abrigo do disposto no art.º 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico os seguintes:**
 - Ano 2012 - € 709.600,00 (acrescido de IVA);
 - Ano 2013 - € 600.000,00 (acrescido de IVA);

- Ano 2014 - € 50.000,00 (acrescido de IVA).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.5. Aquisições de serviços – parecer prévio

Para este assunto foi elaborada a informação n.º 42305, de 25/11/2011, do Chefe da Divisão de Património e Aprovisionamento, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4418/2011 (05/12/2011):

- **Emitir parecer favorável, nos termos do artigo 22.º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro) à proposta de abertura de procedimentos para a celebração de contratos de aquisição de serviços solicitados à referida Divisão, ficando o mapa dos referidos contratos, dada a sua extensão, apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.6. Contrato de aquisição de serviços – alteração do período de vigência

Para este assunto foi elaborada a informação n.º 42769, de 29/11/2011, da Divisão de Contabilidade, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4419/2011 (05/12/2011):

- **Alterar o período de vigência do contrato de prestação de serviços aprovado pela deliberação de Câmara Municipal n.º 4009/2011, de 26/09/2011, de 3 para 6 meses, mantendo-se o valor inicialmente proposto.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VI - GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA

VI.1. Manuel Augusto Alves, Lda. – junção de elementos – Moinho do Calhau – Reg. n.º 42183/2011

Para este assunto, o Executivo deliberou, com base no parecer do Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, de 17/11/2011, exarado na informação n.º 1194, de 10/11/2011, da mesma Divisão:

Deliberação nº 4420/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar as alterações apresentadas ao alvará de loteamento n.º 610/08, nos termos previstos no n.º 8 do art.º 27.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.2. Dulce Santos de Matos – receção provisória das obras de urbanização e redução do valor da caução – Lordemão – São Paulo de Frades – Reg. n.º 01/2011/60044, n.º 01/2011/59420 e n.º 01/2011/56860

Para este assunto, com base na informação n.º 3696, de 07/11/2011, da Divisão de Fiscalização e Urbanização, e parecer do Chefe da mesma Divisão, de 17/11/2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4421/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar a receção provisória das infraestruturas viárias, prevista no contrato celebrado entre a requerente e a Câmara Municipal em 04/11/2009, ao abrigo do art.º 87.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação em vigor;**
- **Reduzir o valor da caução para o montante de € 1.841,77, prestada através da garantia bancária n.º 0255.023292.793 emitida pela Caixa Geral de Depósitos, ao abrigo do disposto na alínea b) dos n.ºs 4 e 5 do artigo 54.º do RJUE, valor a manter durante o prazo de garantia das obras de urbanização (cinco anos), nos termos do n.º 5 do art.º 87.º do mesmo diploma legal;**

- **Dar conhecimento da presente deliberação ao Departamento de Obras e Infraestruturas, Divisão de Contabilidade e à Junta de Freguesia de São Paulo de Frades.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.3. Fernandes & Calados – Materiais de Construção, Lda. – receção provisória das obras de urbanização e redução do valor da caução – alvará de loteamento n.º 502 – Guarda Inglesa – Reg. n.º 57499/2011

Para este assunto, com base na informação n.º 3750, de 24/10/2011, da Divisão de Fiscalização e Urbanização, e parecer do Chefe da mesma Divisão, de 21/11/2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4422/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar a receção provisória parcial das infraestruturas públicas, ao abrigo do art.º 87.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março (RJUE):**
 - rede viária;
 - rede de abastecimento de água e rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais;
 - rede de energia elétrica;
 - rede de gás;
 - rede de telecomunicações;
 - arranjos exteriores (implementação de vegetação ao longo do percurso pedonal);
- **Reduzir o valor da caução prestada, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos de infraestruturas públicas acima identificadas, através da garantia bancária n.º 058.43.010011-3, emitida em 10/03/2003 pela Caixa Económica Montepio Geral (substituída por garantia bancária idêntica, emitida em 26/01/2006, compatível com o “Novo Modelo da CMC”), conforme requerido pelo loteador, ao abrigo do disposto no artigo 54.º do RJUE, do valor de € 80.939,54 para o valor de € 10.006, referente aos 10% do montante devidamente atualizado da caução inicial das infraestruturas a receber (valor a conservar até à receção definitiva das obras de urbanização a requerer pelo promotor, cinco anos após a receção provisória, nos termos do n.º 5 do art.º 87.º do mesmo diploma legal), notificando-se a entidade bancária;**
- **Dar conhecimento da presente deliberação ao Departamento de Obras e Infraestruturas, Divisão de Contabilidade, DTO e à Junta de Freguesia;**
- **Alertar o loteador que está a decorrer o prazo para a execução das restantes obras de urbanização, mais especificamente os trabalhos licenciados no âmbito do aditamento ao alvará emitido em 12/09/2011, que integram a estabilização/reposição do caminho pedonal público localizado no seguimento da Rua da Coutada, confinante de Poente com a área verde privada de proteção (de utilização condominial dos lotes 1 a 3), para os quais foi reforçada a caução existente no valor de € 235.000, devendo ser requerida a respetiva receção provisória parcial quando as obras forem concluídas.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.4. Estabilização/Reabilitação do Muro da Rua da Alegria parte integrante da Zona de Proteção da Cerca de Coimbra – programa preliminar

Dado que se trata de uma obra urgente face ao comunicado pelo Serviço de Proteção Civil e à instabilidade verificada no local, foi elaborada a informação n.º 42289, de 24/11/2011, pelo Gabinete para o Centro Histórico, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4423/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar o programa preliminar para a “Estabilização/Reabilitação do Muro da Rua da Alegria parte integrante da Zona de Proteção da Cerca de Coimbra”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.5. PRAUD - Recuperação do Imóvel sito na Rua de Almedina, n.º 14 – programa preliminar, projeto de arquitetura e execução de projetos de especialidades

Com o objetivo de melhorar as condições de acessibilidade existentes, e com base na informação n.º 41469, de 18/11/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4424/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar o programa preliminar e o projeto de arquitetura, com as condicionantes impostas pelo IGESPAR, IP., relativos à “Recuperação do Imóvel sito na Rua de Almedina, n.º 14”, bem como a elaboração do projeto de especialidades.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.6. Imóvel sito na Rua Dr. Guilherme Moreira, n.º 4 – prorrogação de prazo para execução de obras

Para o assunto identificado em epígrafe, e com base na informação n.º 41061, de 16/11/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4425/2011 (05/12/2011):

- **Prorrogar, até 30 de setembro de 2012, o prazo para a execução das obras na cobertura do imóvel sito na Rua Dr. Guilherme Moreira, n.º 4, notificando-se o proprietário.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.7. Imóvel sito na Rua Visconde da Luz, n.º 18 a 20 – execução de obras coercivas

Para o assunto identificado em epígrafe, e com base na informação n.º 41711, de 22/11/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4426/2011 (05/12/2011):

- **Determinar a execução de obras coercivas no imóvel sito na Rua Visconde da Luz, n.º 18 a 20.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.8. Imóvel sito no Largo da Sé Velha, n.º 13 e Rua do Cabido, n.ºs 1 a 13 – freguesia de Sé Nova – prorrogação de prazo para execução de obras

Para o assunto identificado em epígrafe, e com base na informação n.º 41073, de 16/11/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4427/2011 (05/12/2011):

- **Conceder um prazo adicional de 120 dias para a execução dos trabalhos no imóvel sito no Largo da Sé Velha, n.º 13 e Rua do Cabido, n.ºs 1 a 13, no âmbito do Programa Coimbra com mais Encanto, devendo, caso não se executem as obras dentro do prazo agora estipulado, proceder à abertura de processo de contraordenação por força do n.º 4 do art.º 98.º, como também a obras coercivas ao abrigo do art. 91.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março (RJUE);**
- **Notificar os proprietários do teor da presente deliberação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.9. Rua Dias Ferreira, n.º 47 – freguesia de Santa Cruz – reconhecimento de isenção de IMT

Para o assunto identificado em epígrafe, e com base na informação n.º 41286, de 18/11/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4428/2011 (05/12/2011):

- **Reconhecer a isenção de IMT do prédio sito à Rua Dias Ferreira, n.º 47, freguesia de Santa Cruz, registado sob o artigo matricial 1074, que foi objeto de uma ação de reabilitação urbanística já certificada, conforme determina o n.º 5 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.10. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição da fração “G” do prédio urbano sito na Rua das Flores, n.º 1 – 3.º esquerdo - freguesia de Sé Nova – ratificação

Para o assunto identificado em epígrafe, e com base na informação n.º 41290, de 18/11/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4429/2011 (05/12/2011):

- **Ratificar o despacho de 22/11/2011 do Sr. Presidente, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição da fração autónoma “G” do prédio urbano sito na Rua das Flores, n.º 1, freguesia de Sé Nova, pelo valor de € 80.000,00, nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.11. Remodelação das Escadas do Quebra Costas e Rua do Arco de Almedina – 2.ª fase – programa preliminar

Com o objetivo de melhorar as condições de acessibilidade e reformular as redes de infraestruturas, e com base na informação n.º 42826, de 29/11/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4430/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar o programa preliminar para a “Remodelação das Escadas do Quebra Costas e Rua do Arco de Almedina – 2.ª fase”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.12. Lubricentro – Combustíveis e Pneus do Centro, Lda. – resposta ao abrigo do artigo 100.º do CPA – Rua Alexandre Herculano, 14 – Reg. n.º 65950/2011

Para este assunto, e com base na informação n.º 3837, de 21/11/2011, da Divisão de Fiscalização Urbanística, e parecer do Chefe da referida Divisão, de 21/11/2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4431/2011 (05/12/2011):

- **Determinar o despejo administrativo nos termos do n.º 2 do artigo 109.º do RJUE, devendo o mesmo ser efetuado no prazo de 45 dias a contar da sua notificação aos ocupantes, conforme disposto no n.º 4 do artigo 92.º do mesmo diploma legal;**
- **Conceder um prazo de 15 dias para junção de procuração forense.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VII - OBRAS E INFRAESTRUTURAS

VII.1. Reconstrução de Muros de Suporte/2010 – prorrogação de prazo e alterações ao projeto

Sobre este assunto, o Sr. **Vereador Carlos Cidade** questionou se o processo era mesmo de 2010, conforme o título descrevia. Perante a resposta afirmativa, lembrou que, há uns meses atrás, levantou uma questão sobre os muros de acesso ao Convento da Rainha Santa, perguntando se também estava incluído naquela informação. Questionou se, naquele momento, estava em obra, pelo menos na parte da curva da Calçada Santa Isabel.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que houve várias intervenções no sítio que referiu, mas não lhe podia precisar se era esta a obra que estava em curso naquele momento.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** reiterou que a dúvida dele era esta e estava a perguntar a quem de direito. Disse ver uma obra naquele local, e perguntou há uns meses, em reunião de Câmara, sobre a acessibilidade não só ao muro da curva, mas a todo o muro, até à zona do Largo da N. Sr.ª da Esperança. Salientou que o mesmo apresenta risco desde a altura das Festas da Rainha Santa, quando abordou a questão, mas a situação continua na mesma. Sugeriu até a possibilidade da Câmara Municipal estudar a negociação do terreno para dignificar, de uma vez por todas, a entrada do Convento. Disse que a obra dos passeios feita no local ainda veio criar mais problemas à acessibilidade dos autocarros, nomeadamente dos turísticos. Reiterou que aquela situação é extremamente complicada, exigindo uma resolução que passasse por alargar aquela via e não por fazer remendos em muros de suporte. Mas o Sr. Vereador Carlos Cidade disse

ver que a obra que estava a ser executada naquele momento apenas ia do limite da parte traseira da paragem dos SMTUC até à curva, apesar da zona de perigo ser todo o resto da Calçada Santa Isabel. Mesmo não sabendo de quem era o muro, apesar de crer que é privado, não percebia o porquê da obra não continuar em toda a sua extensão. No entanto, considerava que a Autarquia estava a remendar a situação, pois a medida essencial seria alargar aquela via, dando dignidade de acesso ao Convento da Rainha Santa Isabel.

O Sr. **Presidente** explicou que houve um atraso devido ao facto de ter havido um parecer negativo antes do favorável (condicionado) da Direção Regional de Cultura do Centro, na obra da zona 4, que é a referida pelo Sr. Vereador Carlos Cidade.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que, após ler a informação, podia dizer que a empreitada se referia ao muro em causa, na zona 4, e mencionava a demolição do muro existente da Calçada Rainha Santa Isabel e a reconstrução pontual do mesmo em alvenaria de pedra. Nesta zona estava prevista a substituição do muro de suporte por uma guarda metálica e um passeio ao longo do arruamento. Disse que foi necessária uma alteração, dando a conhecer que os técnicos se deslocaram ao local, elaboraram um projeto e, logicamente, verificaram a zona em que o muro punha em causa a segurança, sendo este o tipo de intervenção que estava a ser feita. Disse que o Sr. Vereador Carlos Cidade não deveria tentar substituir os técnicos.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** repetiu a pergunta: se a intervenção se resumia ao muro onde estava atualmente a ser feita ou se iria até a parte de baixo, onde se localizava a parte do muro que estava a ruir. O Sr. **Vereador Paulo Leitão** informou que lhe faria chegar o projeto de alteração, acrescentando que era mais fácil assim, ao que o Sr. **Vereador Carlos Cidade** respondeu que só precisava que lhe respondesse se a intervenção estava a ser feita na zona em que o muro estava a cair. O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que a extensão da calçada em que o muro está danificado era exatamente no local onde há uma alteração, em que estava prevista a colocação de uma guarda metálica e passavam a ser executados os passeios em blocos de betão pré-moldado, calçadinhas de vidro e lajetas de calcário. Disponibilizou o projeto, mais uma vez, por ser mais fácil a visualização, mas o Sr. **Vereador Carlos Cidade** repetiu que estava a ser feita uma intervenção numa zona muito curta, que nem era a que apresentava maior perigo, nas traseiras de uma paragem de autocarro, mais precisamente na curva de entrada na Calçada Santa Isabel. Afirmou que o muro estava completamente abaulado, e era a continuidade deste na referida calçada. A pergunta simples que fez era se a intervenção era somente onde ela estava atualmente a ser feita ou continuará no seguimento do muro, onde estava perigoso.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** pediu desculpas por não ter percebido a pergunta, adiantando que estava previsto para esta zona a colocação de uma guarda metálica, que substituirá a parte do muro que está em ruína. A que não está em ruína será mantida, confirmou o Sr. Vereador.

O Sr. **Presidente** disse que percebia a pergunta e que a questão era facilmente verificável se o Sr. Vereador Carlos Cidade consultasse o projeto, mas o que estava em causa naquela deliberação era se a Câmara Municipal prorrogava ou não o prazo que o construtor tem para executar a obra consignada, obra esta que não foi concluída a tempo por causa, primeiro, do parecer desfavorável, e, depois, do parecer favorável condicionado, o que implica pequenas alterações na execução. Quanto às demais questões levantadas, nomeadamente se a intervenção é maior ou mais restrita, ou se é preciso fazer algo mais do que já está a ser feito, fica o assunto registado, disse o Sr. Presidente, salientando que os técnicos da Autarquia verificarão a necessidade de intervenção da outra parte do muro.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse ter percebido que era todo o muro, e que tais declarações estavam registadas em ata. Contudo, e dirigindo-se ao Sr. Presidente, disse que seria importante, para a Câmara Municipal e para o espaço em causa, encontrar uma solução mais abrangente no sentido de alargar a via, desde a farmácia até ao Largo N. Sr.^a da Esperança. Apesar de ter dúvidas se seria uma solução barata, uma vez que não depende apenas do Município, mas considerava que quem está encarregue do destino da cidade devia ter visões mais largas. Mesmo não se conseguindo fazer uma avenida, talvez fosse possível transformar a referida via numa bonita alameda.

Para este assunto, e com base na informação n.º 42666, de 29/11/2011, da Divisão de Vias e Espaço Público, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4432/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar a prorrogação legal do prazo de execução dos trabalhos da empreitada “Reconstrução de Muros de Suporte/2010” pelo período de 45 dias, sem multas e com direito à revisão de preços, terminando a referida obra em 19 de Janeiro de 2012;**
- **Notificar o empreiteiro para apresentar um novo plano de trabalhos e cronograma financeiro, adaptado a este novo prazo;**

- **Aprovar as alterações ao projeto constantes na informação n.º 42666/2011 da Divisão de Vias e Espaço Público acima referenciada, de acordo com o proposto pela Direção Regional de Cultura do Centro.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.2. Conservação e Reparação de Pavimentos em Calçada/2005 – receção definitiva

Para este assunto, e com base na informação n.º 41858, de 22/11/2011, da Comissão de Vistoria para a Receção Definitiva (Divisão de Vias e Espaço Público), o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4433/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar a Receção Definitiva da empreitada “Conservação e Reparação de Pavimentos em Calçada/2005”;**
- **Libertar as garantias bancárias n.º 125-02-0819081 no valor de € 5.439,35 do Banco Millennium BCP e n.º 72005229312 da Caixa de Crédito Agrícola no valor de € 5.439,35 (garantia bancária que substitui as importâncias retidas nos autos de medição, restituído à empresa de construções Quinteiro e Simões, Lda., em 21/11/2008).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.3. Grupo de candidatos à direção da Associação de Estudantes da Escola Secundária Infanta Dona Maria – apoio

Para o assunto em epígrafe, e nos termos da informação n.º 67418, de 18/11/2011, da Divisão de Equipamentos e Edifícios, e despacho do Sr. Vereador Paulo Leitão, de 21/11/2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4434/2011 (05/12/2011):

- **Ratificar o despacho de 21/11/2011 do Sr. Vereador Paulo Leitão, que autorizou a cedência de um palco ao grupo de candidatos à direção da Associação de Estudantes da Escola Secundária Infanta Dona Maria, nos dias 21, 22 e 23 de novembro, estimando-se o valor do apoio, incluindo a operação de transporte, montagem e desmontagem, em € 318,16.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.4. Despachos relativos ao Departamento de Obras e Infraestruturas – Julho a Outubro – conhecimento

Para este assunto foi presente a informação n.º 41626, de 21/11/2011, do Diretor do Departamento de Obras e Infraestruturas, que dá conta dos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Paulo Leitão, relativos àquele Departamento, respeitantes a período entre 1 de Julho e 31 de Outubro de 2011, cuja relação, dada a sua extensão, fica apenas a presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4435/2011 (05/12/2011):

- **Tomado conhecimento.**

VII.5. CEDIPRE – contratação

Para o assunto em epígrafe, e nos termos da informação n.º 33012, de 20/09/2011, do Adjunto do Sr. Vereador Paulo Leitão, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4436/2011 (05/12/2011):

- **Adjudicar ao CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação, por ajuste direto, a aquisição de serviços de consultadoria em matéria de energia e contratação pública, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, pelo montante de € 30.000,00 (acrescido de IVA), com dispensa de redução do contrato a escrito, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 95.º do mesmo diploma legal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VIII - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

VIII.1. Casa dos Pobres de Coimbra – apoio

Para o assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 34169, de 18/10/2011, da Divisão de Desenvolvimento Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4437/2011 (05/12/2011):

- **Atribuir um subsídio no valor de € 3.000,00 à Casa dos Pobres de Coimbra, destinado a fazer face aos encargos com o arrendamento das instalações administrativas do Largo do Romal, n.º 19.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.2. Associação Integrar/Rancho das Tricanas de Coimbra – apoio

Em 23/03/2010 foi celebrado o Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Coimbra, o Rancho Folclórico das Tricanas de Coimbra e a Associação Integrar, no qual está definido que a “Câmara Municipal de Coimbra atribuirá ao Rancho Folclórico das Tricanas de Coimbra, um subsídio até ao limite de 7.500 euros (...), destinado a fazer face a despesas inerentes ao funcionamento dos balneários, relativas a encargos com o funcionário que assegura o serviço (...) e com consumos de água, eletricidade e gás.”

Para este assunto e nos termos da informação n.º 34809, de 04/10/2011, da Divisão de Desenvolvimento Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4438/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar o pagamento das despesas de funcionamento dos balneários referentes ao 1.º semestre de 2011, no valor de € 2.104,10 à Associação Integrar, no prazo de 30 dias conforme previsto no protocolo referenciado em epígrafe.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.3. Casa de Repouso de Coimbra/Centro de Noite – Telha Amiga – apoio

Para este assunto e nos termos da informação n.º 35988, de 12/10/2011, da Divisão de Desenvolvimento Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4439/2011 (05/12/2011):

- **Atribuir um subsídio no montante de € 56.011,29 à Casa de Repouso de Coimbra, enquanto entidade gestora do Centro de Noite Telha Amiga, para fazer face às despesas de funcionamento daquele equipamento social.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.4. ATLAS – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento – protocolo

A ATLAS – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento implementou o projeto “Alta de Coimbra”, que visa a assistência a pessoas idosas carenciadas através da distribuição de refeições aos fins de semana e feriados, complementando o similar programa implementado pela Autarquia em julho de 2006.

Assim, e nos termos da informação n.º 36636, de 18/10/2011, da Divisão de Desenvolvimento Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4440/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar a parceria entre a Câmara Municipal de Coimbra e a ATLAS – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento no apoio da população idosa carenciada da alta da cidade, designadamente as freguesias de Almedina e Sé Nova;**

- **Aprovar a minuta do protocolo de colaboração entre o Município de Coimbra e a ATLAS – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento, documento que, dada a extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.5. SAPO Portugal Sénior – protocolo

O Portal Sapo e a Associação Abraço Completo criaram uma plataforma eletrónica interativa e dinâmica no âmbito de uma atividade de reconhecido interesse social para apoiar a população sénior portuguesa, podendo o utilizador da mesma aceder a um conjunto de informações e conselhos que podem englobar a totalidade das dimensões da vivência diária tais como o acesso facilitado e imediato a informações sobre serviços públicos e privados, aprendizagem de técnicas para beneficiar de meios tecnológicos que ajudem a cuidar de si e da sua imagem, contribuindo para a melhoria da autoestima e, por outro lado, permitindo a possibilidade de relacionamento com outras pessoas, para convívio e troca de experiências.

Para o assunto identificado em epígrafe, e nos termos da informação n.º 42609, de 28/11/2011, da Divisão de Desenvolvimento Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4441/2011 (05/12/2011):

- **Celebrar um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Associação Abraço Completo – Associação Sénior, cuja minuta, dada a extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma, com vista à manutenção e funcionamento da plataforma eletrónica interativa de apoio ao cidadão sénior designada Portal Portugal Sénior.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IX - DESPORTO E JUVENTUDE

IX.1. Associação Desportiva e Cultural da Adémia – apoio

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 41389, de 18/11/2010, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4442/2011 (05/12/2011):

- **Atribuir à Associação Desportiva e Cultural da Adémia, mediante a celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, uma comparticipação financeira no valor de € 10.000,00, como contributo para a aquisição de uma viatura de 9 lugares.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.2. Sport Club Conimbricense – apoio

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 38492, de 31/10/2011, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4443/2011 (05/12/2011):

- **Atribuir ao Sport Club Conimbricense, mediante a celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, uma comparticipação financeira no valor de € 10.000,00, como contributo para a aquisição de uma viatura de 9 lugares, ficando condicionada a concretização do apoio à entrega do relatório de contas daquela entidade referente ao ano de 2010.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.3. Associação Cristã da Mocidade de Coimbra – apoio

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 38909, de 03/11/2011, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4444/2011 (05/12/2011):

- **Atribuir à Associação Cristã da Mocidade de Coimbra, mediante a celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, uma comparticipação financeira no valor de € 10.000,00, como contributo para a aquisição de uma viatura de 9 lugares, ficando condicionada a concretização do apoio à entrega do relatório de contas daquela entidade referente ao ano de 2010.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.4. Instituto Politécnico de Coimbra – apoio

Para este assunto, veio a Divisão de Juventude apresentar a informação n.º 40430, de 11/11/2011, que propõe o apoio ao Instituto Politécnico de Coimbra no âmbito da organização “Noite Solidária”, que tem como propósito ajudar estudantes com dificuldades económicas. Tal iniciativa decorrerá no próximo dia 6 de Dezembro, no NB Clube de Coimbra e enquadra-se no Projeto Fundo Solidário, que também engloba atividades como conferências, seminários e encontros com o objetivo de sensibilizar, informar e angariar fundos.

Neste sentido, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4445/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar o protocolo a celebrar entre o Município de Coimbra e o Instituto Politécnico de Coimbra, cuja minuta, dada a extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma, que prevê a aquisição de serviço de material promocional (1000 flyers, 50 cartazes, 15 mupies, 1 lona, 2 vinis microperfurados com aplicação em autocarro), por ajuste direto, à Talento & Tradição, Lda., pelo valor de € 732,50 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), no âmbito da organização da iniciativa “Noite Solidária”, que terá lugar no dia 6 de dezembro de 2011.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.5. Escola Superior de Educação de Coimbra – apoio

Para este assunto, veio a Divisão de Juventude apresentar a informação n.º 41450, de 18/11/2011, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4446/2011 (05/12/2011):

- **Apoiar a Escola Superior de Educação de Coimbra, mediante a celebração de protocolo, cuja minuta, dada a extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma, na realização da conferência ReEvent Tourism, que irá decorrer no dia 10 de dezembro de 2011, no auditório da referida entidade, através da aquisição de coffee break para 100 pessoas ao Restaurante Nacional, Lda., pelo valor de € 275,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);**
- **Apoiar a referida iniciativa através da cedência de material promocional da Câmara Municipal de Coimbra:**
 - 200 fitas para credenciais;
 - 100 canetas;
 - 100 pastas para entrega de documentação.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.6. João Pedro Folhas Varanda – apoio

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 41459, de 18/11/2011, dos Responsáveis Técnicos do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição e do Complexo Olímpico de Piscinas, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4447/2011 (05/12/2011):

- **Isentar João Pedro Folhas Varanda, atleta da Associação Académica de Coimbra/Seção de Rugby, escalão sub-18, atleta em regime de alto rendimento da Federação Portuguesa de Rugby, do pagamento de taxas de utilização da piscina do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição e do Complexo Olímpico de Piscinas para frequência em Regime Livre, sendo a isenção estimada em € 36,03 para 2011 e em € 155,00 para 2012.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.7. Escola Secundária Infanta D. Maria – Pista de Atletismo do Estádio Cidade de Coimbra – isenção de taxas

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 40986, de 16/11/2011, da Responsável Técnica da Pista de Atletismo do Estádio Cidade de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4448/2011 (05/12/2011):

- **Isentar a Escola Secundária Infanta D. Maria do pagamento de taxas pela utilização da pista de Atletismo (caixas de salto e pista de 100 metros) do Estádio Cidade de Coimbra, no dia 12 de Dezembro de 2011, entre as 9h e as 12h30, no âmbito da realização da atividade Megasprinter/Megasalto, sendo que as mesmas ascenderiam a € 71,24 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.8. Associação de Basquetebol de Coimbra – sala de formação do Estádio Municipal Sérgio Conceição – isenção de taxas

Para este assunto, foi elaborada a informação n.º 41704, de 22/11/2011, do Responsável Técnico do Estádio Municipal Sérgio Conceição, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4449/2011 (05/12/2011):

- **Isentar a Associação de Basquetebol de Coimbra do pagamento das taxas pela utilização da sala de formação do Estádio Municipal Sérgio Conceição para a realização de um Curso de Árbitros e Oficiais de Mesa, que decorreu nos passados dias 5 e 6 de novembro, sendo que as mesmas ascenderiam a € 800,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.9. Compromisso com o Desporto Social – Relatório Anual da Época 2010/11 – Programa Atividade Física 3.ª Idade – conhecimento

Para este assunto, foi elaborada a informação n.º 28054, de 03/08/2011, da Divisão de Gestão Desportiva, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4450/2011 (05/12/2011):

- **Tomado conhecimento do relatório anual do Programa de Atividade Física 3.ª Idade, referente ao período compreendido entre setembro de 2010 e julho de 2011, relativo ao projeto “Compromisso com o Desporto Social”.**

IX.10. Jazz ao Centro Clube – apoio

Para este assunto, veio a Divisão de Juventude apresentar a informação n.º 41354, de 18/11/2011, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4451/2011 (05/12/2011):

- **Apoiar, através de comparticipação financeira no valor de € 3.000,00, a iniciativa Portugal Jazz – Festival Itinerante de Jazz em Coimbra, mediante a celebração de protocolo, cuja minuta, dada a extensão, fica apenas à presente ata, fazendo parte integrante da mesma, que irá decorrer no dia 09 de dezembro de 2011, no Convento de Santa Clara-a-Velha, pelas 22h.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO X - CULTURA**X.1. Novo Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Coimbra**

O Sr. **Vereador António Vilhena** disse que, após apurada leitura e aprofundada reflexão, constatou que o Regulamento em causa era minimalista, característica típica do Professor Rui Alarcão, que costumava dizer que “quem podia o mais, podia o menos”, afirmando que a redação apresentada consagrava, de facto, este princípio. No entanto, o Sr. Vereador

assegurou que o Professor Rui Alarcão dizia outra coisa: num regulamento, qualquer que ele fosse, convinha escrever o mínimo possível para que se englobasse ali o máximo pretendido, declarando que ele fez jus a esta relação biunívoca no documento. Apesar de reconhecer que não era especialista nesta área, ocorreu ao Sr. Vereador não saber quem tinha a competência para atribuir a Chave da cidade. Em relação a todas as outras medalhas, a proposta poderia ser apresentada pelo Sr. Presidente ou por um vereador, mas, da leitura que havia feito, não conseguiu encontrar, de forma clara, a quem incumbia outorgar a referida Chave da cidade. Uma vez que a Sra. Vice-Presidente esteve envolvida de perto no processo, gostaria que lhe tirasse a dúvida.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** felicitou a Sra. Vice-Presidente pela apresentação do documento, pois o Município estava a precisar de um renovado Regulamento de Distinções Honoríficas. Disse crer que, agora, este permitiria criar as balizas certas para as propostas de atribuição a quem de direito das devidas distinções da cidade.

O Sr. **Vereador Luís Providência** felicitou a Sra. Vice-Presidente por ter cumprido o compromisso de trazer o documento à Câmara Municipal, o qual todos aguardavam, sendo essencial para a retomada do reconhecimento aos agentes e individualidades da cidade de Coimbra e não só. Constatou, aquando da intervenção do Sr. Vereador António Vilhena que, de facto, havia uma escrita minimalista, o que trazia algumas dúvidas ao Sr. Vereador Luís Providência, como, por exemplo, no artigo 14.º, onde consta que “A Medalha de Mérito Desportivo destina-se a equipas vencedoras de provas nacionais...”. O Sr. Vereador alertou para o facto de que, nos últimos anos, as equipas de Coimbra têm cada vez mais vencido provas internacionais, questionando se, neste caso, não poderiam ser agraciadas.

Aproveitando a intervenção do Sr. Vereador Luís Providência, o Sr. **Vereador António Vilhena** deu outro exemplo. Reconheceu que, às vezes, e tal não acontecia por maldade, algumas individualidades eram esquecidas, até por tempo demasiado. Apesar de já não serem merecedoras, já foram, como por exemplo a nível desportivo: há casos em que os atletas não são mais campeões, mas já foram, sem nunca terem sido distinguidos. Disse que, nestes casos, a Autarquia nunca reconheceu de facto esta importância que eles tiveram, a seu tempo, apesar de continuarem a ser referência para os vencedores de hoje. Declarou que não mencionaria nomes, mas que esta atitude poderia ser uma espécie de ressarcimento desta memória, questionando onde poderiam ser enquadrados. Propôs que o Regulamento fosse aprovado naquela sessão na sua generalidade, com a ressalva que, mediante os exemplos concretos que a vivência proporciona, seja possível alargar a interpretação do articulado. Ressalvou que era preferível ter um regulamento em vigor, como está, do que não ter, mas podiam refletir, talvez numa outra reunião, algumas destas questões pertinentes que detetou.

A Sra. **Vice-Presidente** quis, antes de mais, deixar registado que o Regulamento era fruto do trabalho de grande sapiência e dedicação de dois grandes juristas da Universidade de Coimbra: os Professores Rui de Alarcão e Barbosa de Melo, um especialista em Direito Público e, o outro, Privado. Acresce a isto o facto de o Professor Barbosa de Melo ter sido Presidente da Assembleia da República, Doutor Honoris Causa da Universidade Católica e, o Professor Rui de Alarcão, ex-Chanceler das Ordens Honoríficas, as antigas Ordens Militares. Por isso, em primeiro lugar, em nome pessoal e da Câmara Municipal, a Sra. Vice-Presidente apresentou um reconhecimento agradecimento. Disse ter aprendido imenso a elaborar o documento junto destes dois grandes mestres, mas afirmou que o trabalho foi mesmo dos dois, limitando-se a Sra. Vice-Presidente a estar presente e dar algumas opiniões. Disse ao Executivo que estavam em presença de um texto tecnicamente modelar. Foram regulamentadas sete medalhas e a Chave de Honra da cidade, perfazendo oito distinções honoríficas do Município de Coimbra, acrescentando que era o número da perfeição. Quanto à Chave de Honra da cidade, disse que era estranho que Coimbra não tivesse uma. Informou que ela deve ter surgido no século XIX, atendendo a que não há notícia de anteriores referências, e foi atribuída pela primeira vez à D. Maria II. Nesta altura, Coimbra já tinha intenções de fasquia alta, em 1852, pois, como é do conhecimento geral, D. Maria II não foi uma soberana qualquer. Assim, esta renovação do Regulamento, para além de outros aspetos, contemplava a Chave de Honra, distinção de atribuição excecional. Quanto às sugestões, disse que seria deselegante da sua parte tentar defender aspetos para os quais não se sentia capacitada, realçando que via no texto clareza, sintetização, racionalização, um documento que permitirá uma utilização razoável das virtudes das distinções honoríficas. A Sr. Vice-Presidente disse que permitiu mais: foi feito um levantamento exaustivo, para uso dos serviços ou para algum pedido neste sentido, de todas as distinções que até hoje foram atribuídas. Não vai ser tornado público, pois envolve o nome de pessoas, mas era um documento que, quando o Sr. Presidente entendesse consultá-lo ou facilitá-lo a alguém, está completo, com nomes, datas de entrega e motivo da distinção. O Sr. **Presidente** aproveitou para mencionar que era útil, para evitar a repetição de homenagens. A Sra. **Vice-Presidente** disse que foi um ótimo levantamento. Em relação à sugestão do Sr. Vereador Luís Providência, respondeu que era simples e podia ser incluída na aprovação a menção de que a Medalha de Mérito Desportivo podia ser atribuída a equipas vencedoras de provas nacionais ou internacionais. Perante a expectativa de virem a ser incluídas algumas alterações na redação do Regulamento, o Sr. **Vereador António Vilhena** solicitou a inclusão de certas sugestões, mas a Sr. **Vice-Presidente** disse que não iria alterar o texto, mas comunicar esta pretensão aos ilustríssimos Professores que o elaboraram. O Sr. **Vereador António Vilhena** concordou, solicitando para que sugerisse também a alteração do tempo verbal deste artigo, de “atinjam” para “tenham atingido”, pois o primeiro remete para uma ação futura. Assim, ficou acordado entre os presentes que a redação do artigo 14.º do Regulamento em causa passaria a ter a seguinte redação, que seria comunicada posteriormente, pela Sra. Vice-Presidente, aos Professores Rui

de Alarcão e Barbosa de Melo: “A Medalha de Mérito Desportivo destina-se a equipas vencedoras de provas nacionais e/ou internacionais, bem como a atletas, personalidades e instituições que tenham atingido alto prestígio no campo desportivo.”

O Sr. **Presidente** disse que se fossem esmiuçar o texto ao pormenor, sempre existiriam algumas correções a fazer. Afirmou que, uma vez que se esperou tanto tempo por esta aprovação, se podia esperar mais alguns dias. Salientou que convinha vir antes da Assembleia Municipal, o que daria perfeitamente para ser reagendado na próxima reunião de Câmara. Sugeriu que, para quem quisesse, fossem apresentadas pequenas sugestões por escrito, juntando estes contributos e entregando-os à Comissão formada para o efeito, para que, numa última leitura, esta analisasse e elaborasse um documento onde conste estes aditamentos que estavam a surgir, realçando a importância de um regulamento desta natureza ter o total consenso do Executivo. Lembrou que a Comissão mostrou toda a disponibilidade para ir ouvindo os contributos ao longo do processo, e certamente levará em conta as que aparecerem. Deste modo, era evitado que houvesse votação com alterações a um trabalho feito por outras pessoas, voltando posteriormente um documento final para ser deliberado na próxima reunião de Câmara.

A Sra. **Vice-Presidente** assegurou estar muito satisfeita com o Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Coimbra, e informou que seria muito exigente na aceitação das sugestões: daria até às 17 horas do dia 7 de dezembro para o envio das propostas.

O Sr. **Presidente** explicou que o Regulamento tinha de vir à próxima reunião do Executivo e, para estar em condições para tal, passando, naturalmente, pela Comissão que o produziu, seria preciso que os contributos que os vereadores quisessem fazer chegar fossem remetidos nos próximos dias. Como já haviam manifestado interesse nas alterações indicadas, se quisessem sugerir ainda alguma coisa, tinham mais dois dias para o fazer.

A Sra. **Vice-Presidente** disse que todos ganhariam muito se o documento fosse votado naquela reunião, repetindo que era um trabalho exemplar, tendo o Sr. **Vereador António Vilhena** esclarecido que quem o tinha tirado da ordem de trabalhos não tinha sido ele, apenas quis sugerir a alteração. Assim sendo, a Sra. **Vice-Presidente** propôs a votação do Regulamento, devendo o Artigo 14.º do Capítulo VI passar a ter a redação sugerida pelos Srs. Vereadores Luís Providência e António Vilhena.

Para este assunto, e com base na informação n.º 42913, de 30/11/2011, da Divisão de Ação Cultural, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4452/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar o novo Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Coimbra, documento que, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma, devendo o Capítulo VI, Artigo 14.º, passar a ter a seguinte redação:**
A Medalha de Mérito Desportivo destina-se a equipas vencedoras de provas nacionais e/ou internacionais, bem como a atletas, personalidades e instituições que tenham atingido alto prestígio no campo desportivo.
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.2. O Teatrão – Teatro para a Infância de Coimbra – protocolo

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

X.3. Aquisição de escultura em papel de Isabel de Andrade

A Associação Recriar Caminhos é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2008, cuja missão social é dar apoio ao desenvolvimento vocacional, formação e inclusão de pessoas com esquizofrenia. Neste contexto, organizou uma exposição que decorreu na Galeria Ferrer Correia, entre os dias 15 e 29 de Outubro, tendo sido as obras participantes posteriormente doadas pelos artistas como forma de apoio à entidade, que promoveu um leilão cuja receita reverteu a favor da mesma.

Assim, tendo a Sra. Vice-Presidente participado no evento, em nome da Autarquia, decidindo adquirir uma das obras expostas como forma de apoio à causa, foi elaborada a informação n.º 40064, de 09/11/2011, da Divisão de Ação Cultural, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4453/2011 (05/12/2011):

- **Adquirir à Recriar Caminhos, em conformidade com os artigos 128.º e 129.º do Código de Contratação Pública, anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, bem como o n.º 2 do artigo 22.º da Norma de Controlo Interno aprovada para o ano de 2011, a escultura em papel intitulada “Fruto de mim”, de Isabel Andrade, pelo montante de € 145,00.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.4. Prémio de Jornalismo de Investigação Adriano Lucas

Para este assunto, foi elaborada a informação n.º 42583, de 28/11/2011, da Divisão de Ação Cultural, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4454/2011 (05/12/2011):

- **Homologar a ata do júri do Prémio de Jornalismo de Investigação Adriano Lucas, que decidiu não atribuir, no ano em curso, o Prémio de Jornalismo de Investigação Adriano Lucas, nem qualquer Menção Honrosa, por considerar que nenhum dos trabalhos que participaram no concurso atingiram os objetivos pretendidos, quer do ponto de vista jornalístico, quer do ponto de vista de investigação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.5. Desconcertuna – Tuna Mista da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – transporte

Para este assunto foi presente a informação n.º 41996, de 23/11/2011, do Departamento da Cultura, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4455/2011 (05/12/2011):

- **Adjudicar à LF – Viagens e Turismo, em conformidade com os artigos 128.º e 129.º do Código dos Contratos Públicos, anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, bem como o n.º 2 do artigo 22.º da Norma de Controlo Interno aprovada para o ano de 2011, pelo montante de € 350,00 (IVA incluído), o transporte para os elementos da Desconcertuna – Tuna Mista da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, no próximo dia 07 de dezembro, para se deslocarem a Arneiro de Tremês (Santarém), a fim de participarem num festival.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.6. Festival José Afonso – conhecimento

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** expressou um grande contentamento pela realização deste Festival José Afonso, passados 25 anos do seu falecimento, bem como pela menção de todas as datas constantes da informação (primeira atuação em Coimbra, os 45 anos da apresentação pública de “Menina dos Olhos Tristes” no Teatro Avenida,...). Conforme dito durante a reunião, aquando da referência do feriado de 1 de dezembro, era preciso revisitar a história, trazendo para o dia-a-dia o que de muito importante aconteceu no passado, sendo tal válido para homenagear um grande vulto da história contemporânea, em vários níveis: música, escrita, etc. Portanto, deu os parabéns pela iniciativa.

O Sr. **Vereador António Vilhena** lembrou que foi quem levou a única bandeira autorizada pela família a ser colocada sobre o caixão do José Afonso, por ser o responsável pela Comitativa da Associação Académica de Coimbra no funeral e exéquias dele em Setúbal, assegurando haver fotografias que comprovam o ato no Diário Popular e no Diário de Lisboa de então. Na altura, o Sr. Vereador era membro da Direção Geral da Associação Académica de Coimbra, recordando que saíram de Coimbra dezenas de autocarros para que as pessoas pudessem assistir ao funeral em Setúbal. Por isso, sobre esta matéria, achava muito bem que Coimbra prestasse homenagem a essa lenda da memória da cidade, não só de resistência, mas também de cultura. Disse que ficava bem a Coimbra, e à Casa da Escrita, já que ele morava ali perto e fazia pelas redondezas os seus convívios, a organização de algumas iniciativas, como por exemplo um ciclo a ele dedicado naquele equipamento municipal.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse que, se havia proposta que vinha ao Executivo tendo como preocupação não esconder o passado e aquilo que de bom se fez em Coimbra, era aquela subscrita pela Sra. Vice-Presidente, acrescentando que o que de pior podia acontecer a qualquer um que hoje tivesse responsabilidades políticas era tentar encobrir as coisas boas que têm sido feitas aqui ao longo dos anos, respeitando o trabalho dos nossos antecessores. Reconheceu que, quando se colocam outros valores acima das questões meramente político-partidárias, não podia

deixar de congratular e de se associar ao magnífico despacho da Sra. Vice-Presidente nesta proposta, afirmou o Sr. Vereador.

O Sr. **Presidente** registou que nem todo mundo percebia a grandiosidade do Zeca Afonso no panorama da música de Coimbra. Lembrou que a maior parte das músicas da sua juventude foram pelo Zeca Afonso compostas, mas sentia que ele continuava presente, numa espécie de reinvenções diferentes, de acordo com a interpretação que dão às suas canções. Mencionou haver trabalhos fantásticos de orquestração de músicas dele nos últimos anos. O Sr. Presidente salientou que, apesar de não ser uma pessoa com muitos estudos musicais formais, foi alguém que deixou um legado de imaginação na música ligada a Coimbra que nunca era demais salientar. Acrescentou que era um músico do século XX que, daqui a cem anos, ainda se perceberá melhor o papel que teve do que atualmente.

O Sr. **Vereador António Vilhena** lembrou-se de um pormenor do Zeca Afonso que gostaria de mencionar, relacionando o quealaria com a vitória da Canção de Lisboa, considerada Património Imaterial da Humanidade. Diante da surpresa gerada pela denominação que usou, salientou que o próprio júri da Canção de Lisboa referiu publicamente assim sobre a matéria, afastando qualquer sentido pejorativo que pudesse ser dado. Sugeriu ao Sr. Presidente que era altura de candidatar o Fado de Coimbra à Património Material da Humanidade, frisando o termo material, proposta que gostaria de deixar em aberto neste momento em que se falava do José Afonso.

O Sr. **Presidente** respondeu que o Sr. Vereador António Vilhena certamente sabia da candidatura da Universidade de Coimbra, tendo o Sr. **Vereador Carlos Cidade** interrompido a intervenção para propor que na próxima reunião de Câmara este assunto fosse discutido de forma apropriada, tendo o Sr. **Presidente** concordado em retomar a discussão da ordem de trabalhos.

A Sra. **Vice-Presidente** solicitou a palavra para dizer que também era suspeita, mas teve o incondicional apoio do Sr. Presidente na apresentação desta proposta, sendo muito importante que a mesma fosse feita antecipadamente, de forma a lembrar que passaram 45 anos da primeira atuação pública de José Afonso em Coimbra, no Teatro Avenida, com a “Menina dos Olhos Tristes”, e 25 anos do seu falecimento. Para além disso, era vontade do Sr. Presidente, e da própria Sra. Vice-Presidente, que todos se unissem e contribuíssem para que fosse um grande festival, depois de sete ou oito anos de interregno, renascendo verdadeiramente das cinzas com muita qualidade. Afirmou que a Câmara Municipal iria empenhar-se, mas que contava com o esforço de cada um para que fosse chamada a atenção de possíveis mecenas. Agradeceu as intervenções dos Srs. Vereadores Francisco Queirós, Carlos Cidade e António Vilhena, pelo apoio prestado, crendo que o agradecimento era extensível aos demais.

O Sr. **Vereador João Orvalho** registou que teve a infelicidade de acompanhar o Zeca Afonso nos seus últimos momentos. Informou que, quando ele vinha a Coimbra, era na República, nos Corsários das Ilhas, onde almoçava (local onde também o Sr. Vereador fazia as suas refeições), para, posteriormente, ir ao Dr. Montesuma. O Sr. Vereador disse que não queria deixar de dizer isto, lembrando que foram os últimos momentos dele.

O Sr. **Presidente** declarou que ou um festival destes era digno do Zeca Afonso, ou mais valia não ser feito, acrescentando que não era preciso despender muito dinheiro, apenas ter qualidade.

Para este assunto foi presente a informação n.º 42532, de 28/11/2011, da Divisão de Ação Cultural, na qual a Sra. Vice-Presidente exarou despacho, na mesma data, manifestando a necessidade em se retomar o festival em homenagem a Zeca Afonso, em 2012, ano que marca a morte deste grande vulto da cultura portuguesa.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4456/2011 (05/12/2011):

- **Tomado conhecimento.**

X.7. Expert Project – 2011 – conhecimento

Para este assunto foi presente a informação n.º 42313, de 25/11/2011, da Divisão de Ação Cultural, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4457/2011 (05/12/2011):

- **Tomado conhecimento da participação da Câmara Municipal de Coimbra no projeto cofinanciado pela Comissão Europeia denominado Expert – 7 villes: 3 evenements – 11 au 15 Novembre.**

X.8. 1.º Curso Livre de Paleografia – conhecimento

Para este assunto foi presente a informação n.º 42063, de 23/11/2011, do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4458/2011 (05/12/2011):

- **Tomado conhecimento da realização do 1.º Curso Livre de Paleografia, organizado no Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, de 14 a 18 de novembro passado.**

PONTO XI - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse que, naturalmente, gostaria de colocar várias questões sobre os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, como aliás já o tinha feito na última reunião de Câmara, mas, sendo uma sessão pública, reservava-as para uma oportunidade posterior. Contudo, dado que as respostas não têm chegado ao Executivo, solicitou que o Sr. Administrador-Delegado, já que o Sr. Presidente não respondia às questões, pudesse estar presente para o fazer. Disse que esta matéria condicionaria, assim, a sua votação nos processos dos SMTUC.

XI.1. Concurso público para a aquisição do serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão para as instalações dos SMTUC

Para este assunto, e com base no ofício registado sob o n.º 68135, de 22/11/2011, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4459/2011 (05/12/2011):

- **Ratificar o ato de abertura do procedimento para a aquisição do serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão para as instalações dos SMTUC, aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em 10/11/2011, bem como aprovar a repartição dos encargos inerentes ao processo em causa para os anos de 2012 e 2013, a saber:**
 - 2012 – valor de € 133.792,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);
 - 2013 – valor de € 35.208,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco, João Orvalho, Álvaro Maia Seco e Francisco Queirós. Absteram-se os Srs. Vereadores António Vilhena e Carlos Cidade.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores António Vilhena e Carlos Cidade:

“Perante o posicionamento de falta de informação quer do Conselho de Administração dos SMTUC, quer do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra que se remetem ao silêncio à volta dos processos de investigação sobre os desvios de dinheiros, assim como sobre o exercício de funções duvidosas de pessoas e entidades estranhas aos SMTUC, mas que exercem função no interior daqueles serviços;

Os Vereadores do Partido Socialista, não podem votar favoravelmente as propostas apresentadas, por clara falta de confiança nas propostas vindas do Conselho de Administração dos SMTUC, pelo que optam pela abstenção nas votações referentes aos números 1, 2, 5 e 6, do ponto XI da Ordem do Dia referente aos SMTUC.”

XI.2. 8.ª Modificação ao Orçamento dos SMTUC 2011

O Sr. **Administrador Delegado** dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra iniciou a intervenção com referência ao mapa de pessoal que traduz uma redução de 1,5% em termos de pessoal efetivo, se bem que estes números estão, de certa forma, condicionados às reformas que estão previstas acontecer a nível de transportes públicos. No entanto, destaca a necessidade de proceder à admissão de um licenciado e de um técnico em informática, uma vez que se irá implementar no início de Janeiro, um novo sistema de bilhética que irá exigir um acompanhamento muito cuidado, face às alterações que irá provocar. Quanto ao tarifário propriamente dito o Sr. Administrador realçou o facto de todos os títulos de transportes irem ser objeto duma modificação extraordinária, desde logo no que diz respeito aos bilhetes simples dos pré-comprados que passarão a poder ser carregados pelos utentes de acordo com as suas necessidades. Por outro lado, os agentes únicos deixarão de vender títulos de transporte, em papel, como acontecia até agora, uma vez que os autocarros serão equipados com uma máquina adequada ao efeito, o que lhes permitirá um apuramento e entrega diária da receita, de forma simples, nuns terminais que serão colocados em 4 pontos específicos da cidade, e sem necessidade de se deslocarem ao banco. O mesmo acontecerá no que diz respeito ao sistema de recolha

nas lojas, sendo certo que serão automatizadas, de forma a que os funcionários possam fazer os depósitos no local, diariamente, e com repercussão direta nas contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra. Esta alteração irá permitir, ainda, que o sistema de bilhética faça ligações com outros operadores. Chamou, também, a atenção para o facto do tarifário dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra não sofrer qualquer alteração há três anos consecutivos e esta alteração que agora é proposta pretende, também, provocar algumas alterações na política dos preços dos bilhetes, pelo que o Sr. Administrador passou, então, a explicar pormenorizadamente algumas das modificações mais relevantes. Assim, referiu uma das novidades deste novo tarifário que é a criação do bilhete “entidade”, com duas ou quatro deslocações e que permite que durante determinado período de tempo as pessoas possam entrar e sair das carreiras, sempre com o mesmo bilhete. De seguida, o Sr. Administrador fez uma breve abordagem aos vários tipos de passes sociais e aos preços de cada um deles, fazendo uma análise comparativa com outros operadores, designadamente com a CARRIS, onde o passe para a 3ª idade teve um aumento de 24,2%, atingindo um valor de 16,45€, enquanto o dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra ascende aos 14 €, o passe social +, da CARRIS, custa 33€ e o bilhete de bordo teve um aumento de 25%, ascendendo, agora a 1,75€. Assim, e tendo estes valores como referência, é notório que a administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra continua a manifestar preocupações sociais o que leva a que os preços agora propostos para o ano de 2012 sejam, ainda, mais favoráveis, quer relativamente aos praticados pela CARRIS, quer aos praticados pelos transportes públicos de Braga. Finalmente, deixou uma palavra de apreço a todos os técnicos dos Serviços que colaboraram e tornaram possível a apresentação destes documentos. Ainda antes de terminar o Sr. Administrador lamentou o facto de, por vezes, os transportes públicos serem, em Coimbra, merecedores do mesmo tratamento dos transportes privados, o que não acontece em muitas outras cidades. Aliás, já há cerca de 20 anos, quando visitou a cidade de Poitiers, verificou que, já nessa altura, a rede de transportes estava em ligação com os semáforos da cidade, o que permitia aligeirar os tempos de transporte, pelo que deixou aqui um desafio para que o projeto CIVITAS, que contempla esta possibilidade, seja acolhido e acarinhado pela Câmara Municipal. Uma outra questão que o preocupa tem a ver com a mini-hídrica, uma vez que já se encontra elaborado um projeto em parceria com a Universidade, capaz de gerar eletricidade muito para além das necessidades dos transportes urbanos, que só ainda não está implementado por falta de anuência do dono da Ponte Açude. Finalmente terminou deixando uma palavra de apreço e elogio para todos os técnicos e colaboradores dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra que trabalharam na execução destes documentos salientando que muitos deles prestam serviços naquela empresa há muitos anos uma vez que quando assumiu funções, há cerca de 20 anos, não fez qualquer alteração de pessoal a nível das chefias.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** informou que relativamente ao projeto CIVITAS, designadamente no que concerne à comunicação das viaturas com os semáforos, está já a ser implantado um piloto num sistema de gestão de tráfego de forma a agilizar este processo e a comunicação entre o equipamento e as viaturas. No que diz respeito à criação dum corredor “bus” para os autocarros dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Sr. Vereador lembrou que aqueles serviços apenas tinham levantado essa questão relativamente à Avenida Fernão de Magalhães, tendo sido essa situação já desbloqueada e estando prevista a respetiva criação no decurso do ano de 2012, estando também criada já uma equipa de trabalho para estudar a possibilidade de criação de mais corredores, acatando, assim, uma das sugestões apresentadas pelo Sr. Vereador Álvaro Maia Seco nas reuniões do Executivo. Já no que concerne à mini-hídrica o Sr. Vereador esclareceu que não se pode afirmar que exista um projeto uma vez que o que existia, isso sim, era uma intenção de uma solução tecnológica que foi abandonada devido à quota da albufeira que não se mostrou rentável, estando a ser estudadas duas possíveis soluções alternativas numa das margens.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** lembrou que estamos na presença duma empresa municipal que, contrariamente a muitas outras, nunca foi financiada pelo Estado, e que é suportada, exclusivamente, pelas tarifas cobradas aos utentes e pelo orçamento da Câmara Municipal. É, ainda, uma empresa municipal que não aumentou as suas tarifas nos últimos anos atendendo ao facto de já se estarem a viver alguns momentos de crise que, apesar de tudo, agora se agravam. E quando assim é, isto é, quando durante vários anos não se alteram os preços, quando tal acontece a subida tem tendência para ser de valores consideráveis pelo que, é obrigado a confessar, temeu que a subida das tarifas fosse superior aos 5% da média ponderada que se propõe. Considera, ainda, positivo que o valor do passe da rede geral se mantenha bem como ao facto de existirem bilhetes pré-comprados de valores diversos não obstante sofrerem um aumento assinalável. Por outro lado, tem algumas dúvidas no que concerne a outras questões, designadamente no que diz respeito ao passe social que anteriormente era gratuito e que agora passa a custar 12€/ano e se tivermos em conta que estamos a falar em pessoas que terão um rendimento de cerca de 200€ por mês este aumento, apesar de pequeno, poderá ter um impacto indesejável sem que isso se traduza num aumento de receita considerável para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra. É certo que, eventualmente não competirá a estes serviços prestar apoio social desta forma mas, se é assim, por que razão o tem feito nos últimos anos, perguntou. Ainda no que concerne ao tarifário propriamente dito, o Sr. Vereador referiu que existe um aumento de cerca de 10% no passe “sénior +” e, no que diz respeito ao passe da 3ª idade esse aumento é de 36/37% o que lhe parece demasiado uma vez que se tratam precisamente daquelas pessoas que estão num limiar de rendimento que as coloca acima da prestação de serviços sociais e que estão a cair em situações de dificuldade várias e às quais começa a ser difícil pagar os seus compromissos. Assim,

gostaria de saber, apesar de considerar desde já que esta opção é errada, de que universo de utentes se está a falar neste caso dos passes da 3ª idade e do passe sénior + que sofrem, com esta medida, mais um agravamento nas suas condições de vida.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse ter ficado incomodado com algumas coisas que foram sendo ditas, designadamente com o facto de se ter colocado em causa a responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e da respetiva política de tarifário em prestar apoio social na medida em que, em seu entender, a existência, por si só, dum serviço público de transportes urbanos é um serviço social. Disse, ainda, que face às desigualdades e injustiças praticada ao longo dos anos pelo poder central em relação aos transportes urbanos de Coimbra em matéria de apoio financeiro, situação que foi, durante os anteriores mandatos, objeto de várias discussões e cujas posições emanadas pela Autarquia sempre contaram com o apoio e solidariedade do Partido Socialista, quer na Câmara quer na Assembleia Municipais de Coimbra, e atendendo à alteração do partido que agora está no Governo, gostaria de saber qual a posição agora assumida quer pela Câmara Municipal de Coimbra quer pela Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra neste âmbito. Evidentemente que o Partido Socialista continua empenhado nesta questão e com a mesma disponibilidade e solidariedade que sempre manifestou apesar de, uma vez que se atribuía a responsabilidade desta situação ao anterior Governo do PS, eventualmente ser uma situação que está em vias de ser resolvida uma vez que agora é o PSD, em coligação com o CDS, que forma governo.

O Sr. **Vereador António Vilhena** disse não lhe ter passado despercebida a observação do Sr. Administrador Delegado quando afirmou que ao assumir funções nos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra manteve todas as chefias que transitaram de anteriores administrações e de anteriores executivos. Contudo, não percebeu muito bem se se estava a referir ao executivo do Dr. Manuel Machado ao do Dr. Carlos Encarnação, questão a que o Sr. Administrador respondeu e mereceu os aplausos do Sr. Vereador.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** congratulou-se com a entrada em funcionamento, a curto prazo, do novo sistema de bilhética que criará um novo conjunto de oportunidades no que diz respeito à otimização da exploração do sistema que, até agora, se encontravam muito limitadas. Agora, e no que diz respeito à proposta de tarifário propriamente dita, o Sr. Vereador referiu que a recebeu com alguma preocupação e, também, com bastante desilusão. Contudo, é bom que fique claro, não tem grandes ilusões de que quer a intervenção que irá fazer, quer a discussão que este assunto venha a suscitar, não vão ter grandes resultados práticos no sentido de provocar alterações nos tarifários porque, se houvesse essa intenção, provavelmente teria havido uma disponibilização das propostas atempadamente, de forma a que todos pudessem dar os contributos que entendessem. Assim, a sua grande preocupação e o grande objetivo desta intervenção é contribuir para que todo o Executivo, aquando da votação deste assunto, o faça plenamente consciente do que está a votar. Disse, ainda, que aquilo que vai dizer é feito com a autoridade de quem, no ano transato, aquando da aprovação deste mesmo tarifário para o ano de 2011, chamou a atenção para o facto de que a solução então proposta, de não fazer qualquer alterações aos preços, deveria ser reequacionada e, lembrou, a argumentação apresentada para que não se mexesse nos preços tinha a ver com o momento de crise económica e social que então se vivia. Ora, como todos sabem, a situação económica que hoje o País atravessa é bem pior que aquela que então vivia e com perspetivas de vir a piorar pelo que não compreende como é proposto um aumento do tarifário na ordem dos 5%. Assim, e da mesma forma que o ano passado sugeriu que se equacionasse a possibilidade de aumentar o tarifário na ordem dos 1 ou 2%, está hoje em condições de defender que esta lhe parece a pior altura possível para não apenas fazer um aumento de acordo com a inflação como começar a recuperar os aumentos que não foram feitos anteriormente. Pensa, pois, que esta opção é meramente política e não a consegue perceber. Mas, para além desta opção política existem algumas questões técnicas que também quer assinalar. O Sr. Vereador prosseguiu, então, dizendo que, na sua opinião, a dinâmica proposta para a reformulação da estrutura tarifária, genericamente, vai no bom sentido. Contudo, pensa que se poderia ir ainda mais longe, desde logo no que se refere ao bilhete de horário que, apesar do Sr. Administrador reconhecer que se trata, ainda, de um primeiro passo, é, no seu entender um passo muito pequeno uma vez que uma das grandes vantagens da introdução do novo sistema de bilhética é, precisamente, o facto de permitir este tipo de bilhetes o que até agora não acontecia. Até porque, defendeu, este tipo de tarifação deve ser a regra e não a exceção pelo que não faz qualquer sentido, sendo tecnologicamente possível criar um bilhete por período e não por número de deslocação, que esta opção não se estenda, também, aos bilhetes pré-comprados. Uma outra medida que gostaria também de saudar, se bem que se poderia ter sido um pouco mais ambicioso, tem a ver com a opção de não se aumentar o passe geral e ter aumentado o preço dos bilhetes pré-comprados, atenuando uma distorção tremenda que existe no tarifário dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e que não se verifica em mais nenhum tarifário nacional e, que conheça, nos internacionais, que é o facto do ratio custo relativo do bilhete único pré-comprado face ao preço do passe geral, em Coimbra, é na ordem de, pelo menos, 50, isto é o preço do passe geral permite comprar 50 bilhetes pré-comprados, quando, o que normalmente acontece é que este ratio é na ordem dos 31, 32, 33 ou, quando muito, 34, existindo, em Portugal, um ou outro caso que atinge os 38. Ora, isto tem, desde logo, uma implicação prática que é o facto do passe geral em Coimbra não ser, na verdade, atrativo pelo que o efeito “fidelidade” que ele implica está a ser pouco aproveitado. Assim, e uma vez que o seu preço foi congelado, pensa que se poderia ter ido mais longe, baixando ligeiramente o preço, para acelerar esta convergência que está implícita na proposta de tarifário uma vez que teria

poucas implicações financeiras na medida em que sendo tão caro o passe geral tem muito poucos utilizadores. No que concerne ao tarifário, o Sr. Vereador reiterou que entende que este aumento médio na ordem dos 5% é um exagero e tomou a liberdade de traçar um cenário sobre uma possível evolução dos custos dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, com base nos dados de que dispõe. Assim, e com base na estrutura de custos dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2010, que apresentam custos com pessoal na ordem dos 57%, do combustível de 18% e outros de 25%, o Sr. Vereador para estes três grandes grupos assumiu a seguinte evolução: em relação ao pessoal assumiu que o custo total vai ter uma variação negativa na casa dos 10%, uma vez que, como sabemos, os funcionários irão ser penalizados com cortes nos salários e nos subsídios de férias e de Natal e foram introduzidas novas regras para o cálculo do pagamento das horas extraordinárias. Admitiu, ainda, como cenário para os combustíveis, um aumento médio, durante o próximo ano, na ordem dos 10%, já que não acredita que se venham a verificar grandes alterações nos preços dos combustíveis que já se encontram mais ou menos estabilizados desde Junho passado e, finalmente, para a rubrica “outros”, o Sr. Vereador assumiu uma taxa de inflação na ordem dos 4%. Ora, assumindo que isto é verdade e que estes valores correspondem à realidade, os custos globais dos custos dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra no próximo ano baixam, praticamente 3%, ou seja, prevê-se, para o próximo ano um aumento das receitas na ordem dos 5% quando se estima uma redução dos custos na casa dos 3%. Isto resulta, claramente, duma opção política e, uma vez que as receitas daqueles serviços resultam, em grande parte, das indemnizações compensatórias atribuídas pela autarquia a grande questão que aqui se coloca, no seu entender, é perceber se a Câmara Municipal pretende, por esta via, reduzir os seus custos com os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra ou se, pelo contrário, está disposta a manter o nível das suas contribuições aligeirando, desta maneira, o tarifário exigido aos utentes. A sua opinião é que depois de todos os aumentos que se têm verificado e que têm penalizado os consumidores não é curial agravar a situação económica dos contribuintes de Coimbra com um aumento de 5% nos transportes públicos. Portanto, que fique bem claro, esta opção nada tem a ver com os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, porque aqueles serviços sobreviverão independentemente do tarifário aplicado, mas sim com a disponibilidade, ou não, da Autarquia em manter as indemnizações compensatórias nos valores do ano transato. O Sr. Vereador disse, ainda, que, ao nível da estrutura tarifária, não consegue perceber por que razão o preço do passe para famílias numerosas é tão barato, desde logo numa altura em que a reformulação da política tarifária que está em curso tenta incorporar na determinação do preço o nível do rendimento, como ao nível dos passes e mesmo que faça sentido que se proceda a alguma alteração dos respetivos preços, entende que no ano em causa (2012) não faz qualquer sentido o aumento proposto de 50% para os passes da 3ª idade. Para terminar, o Sr. Vereador disse que na verdade quem deve ser motivo de preocupação e as pessoas que mereceriam alguma atenção são aquelas cujos rendimentos se situa entre os 600€ e os 1500€, que não terão este ano os seus rendimentos aumentados, que irão sofrer cortes nos subsídios de férias e de Natal, que são grandes utilizadores dos transportes públicos, que sofrerão um aumento de 30 ou 40%. Por esta razão, propôs que os preços dos passes “Sénior +” e “Reformado +” se mantenham inalterados, uma vez que são atribuídos a pessoas de muito baixos rendimentos, e que o passe de 3ª idade e de reformados sofram um aumento da ordem da inflação.

A Sra. **Vereadora Maria João Castelo-Branco** felicitou o Sr. Administrador Delegado dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, quer pela aquisição do novo sistema de bilhética, quer pelos 2 novos autocarros que se encontram em circulação. De seguida, e uma vez que as questões sociais são a sua principal preocupação, disse ter alguma dificuldade em perceber que os passes sociais sofram um aumento desta grandeza num ano que todos sabemos irá ser muito difícil em termos económicos, particularmente no que concerne aos idosos e pensionistas. E o mesmo se diga relativamente aos casais carenciados e desempregados de longa duração que estão a atravessar um momento muito difícil. Disse ter a noção de que há 2/3 anos que o tarifário dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra não era objeto de nenhuma alteração e, evidentemente, essa alteração teria que ser feita. Contudo, tem dúvidas que exista um real equilíbrio entre essa alteração que deveria ter sido feita e não foi e a subida de preços que se propõe e se prevê que venha a acontecer nos próximos dois anos. É que, alertou, nos próximos anos espera-se um empobrecimento das estruturas sociais médias não comparável aos dos anos transatos.

O Sr. **Presidente** disse que, na sua opinião, devem começar a ser dados os primeiros passos para que se acabem com os serviços gratuitos já que estes nunca são gratuitos verdadeiramente, uma vez que outros, que não o utilizador do serviço, o paga. Assim, reduzir o número de situações gratuitas é um bom princípio que nos obriga a dar valor aos serviços de que estamos a usufruir e esta proposta de tarifário vem já nesse sentido. Por outro lado, e uma vez que o novo sistema de bilhética irá permitir um conjunto de soluções e medidas que até hoje eram impraticáveis, perguntou se não seria possível criar um passe essencialmente destinado aos trabalhadores, a ser utilizado apenas em dias úteis, que substituísse os passes mensais. Por fim, reiterou a ideia de que há 3 anos que os tarifários não sofrem qualquer alteração de preço o que representa um esforço gigantesco de gestão por parte dos responsáveis pelos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, de forma a conseguir dar uma resposta social relevante.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** retorquiu que não se opõe à opção de não existência de gratuitidade e que, aliás, na intervenção que fez não defendeu essa ideia. Uma última nota para salientar que neste último ano as preocupações sociais se têm concentrado nas camadas mais baixas quando aqueles que nos devem preocupar são os remediados, ou

melhor, aqueles que eram remediados e agora são pobres. Porque, tal como a crise, o tarifário aqui proposta atinge precisamente essa classe dos remediados que é a mais penalizada de todos.

O Sr. **Administrador Delegado** dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra começou por chamar a atenção para o facto de neste últimos 3 anos, por opção da Câmara Municipal de Coimbra como já foi dito, não ter sido feita nenhuma alteração ao tarifário dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o que teve impacto nas contas daqueles serviços que passou a pormenorizar, salientando a receita que acabou por não se realizar no montante de 3 milhões 377 mil euros em 2008, de 3 milhões 415 mil euros em 2009 e de 3 milhões 405 mil euros em 2010. No que diz respeito à questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Cidade, o Sr. Administrador Delegado assegurou que a postura dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativamente ao apoio do Governo para com estes serviços é exatamente que tinha com o outro Governo e continuará a pressionar e a exigir que sejam dados os mesmos apoios que são dados às operadoras de Lisboa e do Porto. Aliás, os operadores dos 6 municípios que têm serviços de transportes urbanos - Coimbra, Braga, Aveiro, Portalegre, Bragança e Barreiro, têm tido várias reuniões para tentar encontrar soluções satisfatórias mediante ações concertadas. Assim, solicitaram uma reunião ao Sr. Secretário de Estados dos Transportes que foi aceite só que, infelizmente, não foram recebidos por ele mas sim por um seu representante. Foi a primeira vez que tal aconteceu, isto é, que as empresas de transportes não foram recebidas pelo Secretário de Estado e, naturalmente, que esta é uma atitude que os deixou a todos bastante preocupados. Relativamente a outras questões colocadas, o Sr. Administrador Delegado disse que o passe da rede geral continua a ser um dos que tem mais procura, com uma receita na ordem dos 18 mil euros ano. De seguida, e falando de um dos outros assuntos que foram referidos pelos Srs. Vereadores nas intervenções que fizeram, o Sr. Administrador disse que o novo sistema de bilhética, não sendo a galinha de ovos de ouro é, certamente, um instrumento muito importante quer para os serviços, quer para os utilizadores e garantiu que sempre que houver a possibilidade de encontrar soluções mais favoráveis para os utentes não hesitará em coloca-la à consideração do Executivo na tentativa de minorar os sacrifícios dos passageiros dos transportes coletivos.

O Sr. **Presidente** disse que, relativamente a este assunto e de tudo o que foi sendo defendido pelos Srs. Vereadores, resulta claro que é necessário manter a sustentabilidade mínima do serviço de transporte em Coimbra, sem o qual as pessoas mais carenciadas teriam muito mais dificuldades do que já têm.

Para este assunto foi presente o ofício dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra registado sob o n.º 69680, de 30/11/2011, com base no qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4460/2011 (05/12/2011):

- **Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, 28/11/2011, que aprovou a 8.ª Modificação ao Orçamento dos SMTUC 2011.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco, João Orvalho, Álvaro Maia Seco e Francisco Queirós. Absteram-se os Srs. Vereadores António Vilhena e Carlos Cidade.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores António Vilhena e Carlos Cidade:

“Perante o posicionamento de falta de informação quer do Conselho de Administração dos SMTUC, quer do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra que se remetem ao silêncio à volta dos processos de investigação sobre os desvios de dinheiros, assim como sobre o exercício de funções duvidosas de pessoas e entidades estranhas aos SMTUC, mas que exercem função no interior daqueles serviços;

Os Vereadores do Partido Socialista, não podem votar favoravelmente as propostas apresentadas, por clara falta de confiança nas propostas vindas do Conselho de Administração dos SMTUC, pelo que optam pela abstenção nas votações referentes aos números 1, 2, 5 e 6, do ponto XI da Ordem do Dia referente aos SMTUC.”

XI.3. Mapa de Pessoal 2012

Na sequência da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 28 de Novembro do corrente ano, e com base no ofício dos SMTUC registado sob o n.º 69684, de 30/11/2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4461/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2012, documento que, dada a extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma;**
- **Enviar à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco e João Orvalho. Abstiveram-se os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena, Carlos Cidade e Francisco Queirós.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena e Carlos Cidade:

“Perante o posicionamento de falta de informação quer do Conselho de Administração dos SMTUC, quer do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra que se remetem ao silêncio á volta dos processos de investigação sobre os desvios de dinheiros, assim como sobre o exercício de funções duvidosas de pessoas e entidades estranhas aos SMTUC, mas que exercem função no interior daqueles serviços;

Os Vereadores do Partido Socialista, não podem votar favoravelmente a proposta apresentada, por clara falta de confiança na proposta vinda do Conselho de Administração dos SMTUC, pelo que optam pela abstenção.”

XI.4. Proposta de Tarifário para 2012

Na sequência da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 28 de Novembro do corrente ano, e com base no ofício dos SMTUC registado sob o n.º 69696, de 30/11/2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4462/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar o Tarifário dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2012, documento que, dada a extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro do próximo ano;**
- **Aprovar a validade dos bilhetes pré-comprados do tarifário cessante até 31 de maio de 2012, no quadro da substituição do atual sistema de bilhética dos SMTUC.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco e João Orvalho. Votaram contra os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena, Carlos Cidade e Francisco Queirós.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena e Carlos Cidade:

“A proposta que os SMTUC apresentaram de alteração tarifária para os Serviços de Transportes Públicos Urbanos em 2012 assume algumas opções de alteração da estrutura deste tarifário que embora apresentem uma tendência correta se revelam pouco ambiciosas e claramente insuficientes.

Relevam a limitadíssima aplicação do conceito de tarifa horária, tornada possível pelo novo sistema de bilhética, e a muito insuficiente redução da desproporção do custo do Passe Geral face ao custo dos bilhetes pré-comprados, que inibe fortemente qualquer esforço de fidelização dos cidadãos de Coimbra para o Transporte Público.

Ao nível do aumento médio dos custos tarifários apresenta-se uma proposta de aumento médio de 5%, que se revela absolutamente desproporcionada face à previsível redução dos custos de exploração do sistema, que resultam nomeadamente da espoliação de dois salários imposta pelo Governo aos servidores públicos.

Acresce que este aumento médio apresenta uma incidência ainda maior sobre os valores dos passes sociais e, especialmente 3ª Idade e Reformados onde o aumento dos tarifários é muitíssimo forte.

Esta proposta de tarifários é, assim, globalmente inaceitável e reveladora de uma total insensibilidade social por parte da maioria PSD-CDS, especialmente por se aplicar num ano onde se vai verificar uma gravíssima crise com ocorrência de um empobrecimento generalizado da população, particularmente daqueles que serão mais afetados pelos aumentos dos Transportes Públicos.

Por todas estas razões os vereadores do PS não podiam deixar de votar contra e manifestar veementemente a sua indignação pela insensibilidade da maioria.”

Declaração de voto do Sr. Vereador Francisco Queirós:

“A proposta de aumento de custo de transporte em 5 % (média ponderada dos aumentos das diversas tarifas) é não só largamente superior à inflação, como se torna in comportável para os munícipes no momento da mais grave crise económica das últimas décadas e nem sequer será imprescindível para a saúde financeira dos serviços.

O aumento médio de 5% atinge ainda, de modo mais gravoso, sectores sociais desfavorecidos, sendo escandaloso o aumento de quase 40% nos passes sociais de “3ª Idade” e “Reformados e Pensionistas por incapacidade” (subida de 12,80€ para 17,50 €)! A CDU, ao votar contra estes tarifários, condena firmemente a insensibilidade social da maioria que os aprovou.”

XI.5. Processo nº 1196 – Procedimento ao abrigo do acordo do acordo-quadro ANCP 2.2 Combustíveis Rodoviários – aquisição de gasóleo a granel

Na sequência da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 28 de Novembro do corrente ano, e com base no ofício dos SMTUC registado sob o n.º 69683, de 30/11/2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4463/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, a presente proposta de alteração de repartição de encargos relativa ao Processo n.º 1196 – procedimento ao abrigo do acordo do acordo-quadro ANCP 2.2 Combustíveis Rodoviários – aquisição de gasóleo a granel:**
 - 2011 - € 2.952.060,52 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);
 - 2012 - € 2.852.894,48 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);
 - 2013 - € 0,00.
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco, João Orvalho, Álvaro Maia Seco e Francisco Queirós. Abstiveram-se os Srs. Vereadores António Vilhena e Carlos Cidade.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores António Vilhena e Carlos Cidade:

“Perante o posicionamento de falta de informação quer do Conselho de Administração dos SMTUC, quer do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra que se remetem ao silêncio à volta dos processos de investigação sobre os desvios de dinheiros, assim como sobre o exercício de funções duvidosas de pessoas e entidades estranhas aos SMTUC, mas que exercem função no interior daqueles serviços;

Os Vereadores do Partido Socialista, não podem votar favoravelmente as propostas apresentadas, por clara falta de confiança nas propostas vindas do Conselho de Administração dos SMTUC, pelo que optam pela abstenção nas votações referentes aos números 1, 2, 5 e 6, do ponto XI da Ordem do Dia referente aos SMTUC.”

XI.6. Abate ao efetivo dos miniautocarros Mercedes-Benz Sprinter n.º 151 (22-39-ID) e n.º 152 (22-28-ID)

Para este assunto, e com base no ofício registado sob o n.º 69689, de 30/11/2011, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4464/2011 (05/12/2011):

- **Homologar a deliberação de 28/11/2011 do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, que autorizou o abate ao efetivo dos miniautocarros Mercedes-Benz Sprinter n.º 151 (22-39-ID) e n.º 152 (22-28-ID) e posterior venda em condições de rodagem.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco, João Orvalho, Álvaro Maia Seco e Francisco Queirós. Abstiveram-se os Srs. Vereadores António Vilhena e Carlos Cidade.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores António Vilhena e Carlos Cidade:

“Perante o posicionamento de falta de informação quer do Conselho de Administração dos SMTUC, quer do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra que se remetem ao silêncio à volta dos processos de investigação sobre os desvios de dinheiros, assim como sobre o exercício de funções duvidosas de pessoas e entidades estranhas aos SMTUC, mas que exercem função no interior daqueles serviços;

Os Vereadores do Partido Socialista, não podem votar favoravelmente as propostas apresentadas, por clara falta de confiança nas propostas vindas do Conselho de Administração dos SMTUC, pelo que optam pela abstenção nas votações referentes aos números 1, 2, 5 e 6, do ponto XI da Ordem do Dia referente aos SMTUC.”

Nesta altura, o Sr. Vereador Luís Providência ausentou-se da sessão.

PONTO XII - AC – ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.

XII.1. Instrumentos de Gestão Previsional 2012

O Sr. **Presidente da Águas de Coimbra, E.E.M.**, Dr. Marcelo Nuno, começou por explicar que, logicamente, o tarifário não é uma peça isolada mas que, pelo contrário, e ainda que sejam dois pontos votados em separado, está intrinsecamente ligado ao ponto anterior da ordem de trabalho já que está relacionado com a necessidade de fazer a cobertura integral dos custos de funcionamento e de investimento da empresa, pelo que tem que ver também com o

plano de atividades e orçamento que se apresenta. Em seguida, lembrou que este plano é mais um passo dum longo caminho que se está a percorrer e que tem como objetivo garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa, tendo presente que o contexto económico começaria a alterar-se, de forma muito dramática, de há cerca de 2 anos pelo que era a altura indicada para se conseguir garantir o equilíbrio das contas da empresa sem beneficiar das transferências e apoios da Câmara Municipal que até aí se haviam registado. Portanto, e dito de outra forma, o que se fez nestes últimos anos foi criar condições à empresa para assegurar que ela não ficaria deficitária mesmo sem o contributo dos 8/9 milhões de transferência prestados anualmente pela autarquia. Foi, portanto, necessário fazer vários ajustamentos na empresa de forma a que ela fosse sustentável, do ponto de vista económico-financeiro, no médio/longo prazo. É, ainda, por esta razão que os orçamentos da empresa dos últimos anos são muito rigorosos, na tentativa de limitar os recursos e de fazer face aos aumentos que se verificaram na generalidade das rubricas, como é o caso dos combustíveis que aumentaram cerca de 60% nos últimos 3 anos, e o mesmo se diga com a eletricidade e outros custos da energia, e com o pagamento da água e do saneamento que tem de comprar à Aguas do Mondego. Foi necessário, portanto, sobrecarregar mais a estrutura, solicitar mais esforço dos colaboradores, reorganizar, reestruturar de modo a que fosse possível, com menos recursos, manter a qualidade do serviço prestado, o que, face aos indicadores disponíveis, se tem conseguido manifestando-se numa melhoria de performance conseguida. Disse, ainda, que todos estes resultados foram sendo obtidos com aumentos do preço da água inferiores à inflação, o que só é possível com uma gestão de rigor e responsabilidade. Chamou ainda a atenção para o facto de nestes últimos anos se terem diminuídos os custos de estrutura e de manutenção dos investimentos em cerca 5 milhões de euros desde 2009 até aos dias de hoje. Dito isto, o Dr. Marcelo Nuno disse que o que propõe, para o próximo ano, passa por uma alteração profunda do tarifário da Águas de Coimbra, procurando corporizar as recomendações do ERSAR e que correspondem a algumas das opções que já vinham sendo tomadas pela empresa. Trata-se, no seu entender, duma alteração que vai ter de ser feita de forma gradual, uma vez que de outro modo, isto é, se fosse feita de uma só vez, as consequências no esforço pedido aos consumidores seriam muito gravosos em determinadas classes sociais, pelo que se entendeu benéfico fazer as alterações em causa de forma faseada, repartindo-as por 2 ou 3 anos, sendo que a mudança considerada mais importante tem a ver com a alteração da estrutura base do tarifário. Ainda assim, no seu entender, este é um tarifário relativamente equilibrado, que representará um aumento da receita estimada em cerca de 3%. É também sua convicção de que se não houvesse alteração dos padrões de consumo, isto é se não se verificasse a redução dos níveis de consumo que se tem registado desde 2010, esta reestruturação tarifária teria um impacto nos consumidores domésticos de aproximadamente 0,8%. Acontece que, com esta redução dos consumos que se tem vindo a registar, não se consegue prever qual o impacto que terá em termos económicos nos consumidores, sendo certo que se considera este tarifário equilibrado tendo já, inclusivamente, sido aferido pelo regulador e que representa uma aproximação muito significativa a todas as recomendações feitas pelo ERSAR. Por outro lado, salientou que os tarifários sociais se mantêm inalterados, chegando mesmo a melhorar em alguns casos específicos, uma vez que a tarifa fixa, corporizando, uma vez mais, as recomendações do regulador, desaparece. Finalmente, disse que se registam economias muito significativas em todas as rubricas adstritas à administração da empresa, ainda que todos os consumíveis estejam mais caros, traduzindo-se este orçamento numa economia de 1 milhão de euros, o que representa uma diferença muito significativa em relação ao esforço que teria sido necessário pedir. Só para se ter uma ideia, o Sr. Presidente da Águas de Coimbra, disse que mantendo o tarifário inalterado se se quisesse gerar o volume de receita que seria necessário para manter equilíbrio, o aumento teria de ser na ordem dos 11,8% e não os 3% que estão previstos. Mais, se não tivessem sido feitos os cortes no orçamento que aconteceram nos últimos 3 anos, o aumento do tarifário teria que rondar os 33%, o que seria verdadeiramente inabonável. Infelizmente, há apenas uma rubrica em que não se consegue poupar aquilo que estava previsto e que tem a ver com a necessidade de se acorrerem a situações com cariz social relevante, situações de verdadeira emergência social que começam a verificar-se, razão pela qual o orçamento deste ano comporta uma rubrica que visa apoiar os trabalhadores da empresa, mediante um reforço das atividades sociais da Casa do Pessoal, encontrando-se já em fase de construção uma cantina de modo a permitir amenizar a difícil situação em que alguns trabalhadores já se encontram. Uma última nota para dizer que este será o primeiro ano em que a empresa obterá um resultado líquido positivo, o que significa que já não depende das transferências financeiras públicas e/ou municipais, sendo que a progressão que está a ser feita permite a consolidação económico-financeira da empresa, se bem que todos estão conscientes de que se chegou ao limite dos cortes e que já não é mais possível continuar com estes níveis de redução dos custos e que, no próximo ano, já não se conseguirá induzir mais eficiência através de cortes orçamentais. Acredita, sim, que terão de ser induzidos esses aumentos aproveitando a estrutura que já se encontra instalada, de forma a gerar mais receitas potenciando toda a capacidade produtiva que já está instalada. Assim, e tendo consciência que é uma aposta muito ousada, fez já durante este ano alguns contactos no âmbito dos congressos e outras iniciativas do sector, no sentido de prestar acompanhamento e dar formação a outras empresas designadamente de países africanos de língua oficial portuguesa. Aliás, atualmente a empresa encontra-se já a prestar serviços a municípios próximos de Coimbra, deu formação a municípios de S. Tomé e Príncipe e estão a ser feitos esforços para se criarem parcerias com o Brasil para a venda de serviços a empresas também naquele País. Estão, também, a ser feitos esforços para se encetarem parcerias com instituições públicas, designadamente com a Universidade de Coimbra e com a Águas de Barcelona, porque, como já disse, o desígnio da empresa agora já não é mais da contenção de custos, mas sim do alargamento do território, do aumento da base da receita, de diversificação da receita, colocando a criatividade ao serviço da empresa de

forma a atenuar o esforço que tem sido pedido a todos. Terminou, solicitando disponibilidade a todo o Executivo para que se possam encontrar para debater a estratégia e as opções que se pretendem para a empresa.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** disse que alguns dos pontos prévios que referiu aquando da sua intervenção relativamente ao tarifário dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra poderiam ser utilizados aqui com a mesma propriedade pelo que os considera reproduzidos. De seguida, e antes de abordar este tema propriamente dito, lembrou o Dr. Marcelo Nuno que os méritos da gestão dos anos anteriores já aqui foram discutidas no ano transato pelo que é desnecessário voltar a fazê-lo hoje. Portanto, o que está em análise é, apenas, a estrutura tarifária e a justificação, ou não, para o aumento proposto. Antes de falar do aumento do tarifário propriamente dito, o Sr. Vereador disse que, tal como conseguiu analisar, o aumento da estrutura tarifária vai no bom sentido, sendo que, e sendo coerente com o que disse há já um ano atrás, lamenta que em algumas áreas não se tenha ido um pouco mais longe. Por outro lado, e em termos metodológicos, o Sr. Vereador disse que gostaria de ver esclarecidas 3 questões. Assim, e em primeiro lugar, é dito no relatório que não se fazem comparações relativamente a anos transatos na medida em que a estrutura dos tarifários é muito diferente. Ora, o Sr. Vereador entende que não é bem assim porque, se é verdade que a diferença na estrutura tarifária de 2011 para 2012 dificulta as comparações, nada impedia que a empresa definisse um conjunto de clientes/tipo, que fossem suficientemente representativos de várias unidades de clientes e, pelo menos, dar uma informação sobre o que acontece em relação a esses cliente/padrão. Em segundo lugar, na página 5 do relatório salienta-se uma redução dos custos com o pessoal em cerca de 14%, graças a uma gestão mais equilibrada e eficaz dos recursos humanos da Águas de Coimbra. Acontece que, em rigor, grande parte destes 14% resultam da “extorsão” que está a ser feita aos funcionários públicos através do não pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

O Sr. **Presidente da Águas de Coimbra** interrompeu o Sr. Vereador para esclarecer que a interpretação que está a fazer destes dados não é a mais correta uma vez que no orçamento para o próximo ano está prevista uma redução muito significativa do peso dos encargos com o pessoal e ainda não está incorporada nenhuma das medidas anunciadas pelo Governo, nomeadamente os cortes dos 13º e 14º meses uma vez que ainda não tinham sido dadas instruções da forma como eles deveriam ser processados aquando da elaboração do documento. Esta redução das despesas com o pessoal, disse, resulta da redução do número de efetivos, designadamente daqueles que auferiam rendimentos mais elevados, e da reorganização de todas as retribuições numa matriz considerada mais transparente e mais justa.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** disse que, obviamente, nunca poderia supor que não estava incorporada neste orçamento a poupança obtida através do corte dos subsídios uma vez que se deu ao cuidado de fazer algumas contas e, para um universo de 306 trabalhadores em 2010, dá uma média de mais de 20 mil euros por trabalhador, o que significa que coloca grande parte dos trabalhadores naquele escalão que vai ser afetado por estas medidas. Assim, e se é verdade o que disse o Dr. Marcelo Nuno, dá-lhe os parabéns pela redução de 14%, evidentemente, mas não pode deixar chamar a atenção para o facto da poupança com as despesas de pessoal ainda ser superior aquela que é assinalada. A última observação que pretende fazer em termos de metodologia de trabalho tem a ver com a afirmação feita no último parágrafo da página 5 do relatório que refere que perante o cenário apresentado o aumento previsto do valor global da receita é inferior à taxa de inflação esperada para 2012. Assim, e uma vez que o aumento estimado pela empresa é da ordem dos 3%, o que significa que o aumento médio do tarifário proposto é da mesma ordem de grandeza. Só que, há algo que não consegue perceber, porque na página 3 do documento justificativo do tarifário destaca-se o facto das alterações introduzidas na estrutura tarifária visarem a acomodação da redução do consumo operado pelos consumidores estimado em 3,2%, ou seja, se há uma redução de consumo de 3,2% e, apesar disso, há um aumento da receita na ordem dos 3%, isto significa, grosso modo, um aumento do custo médio do serviço na ordem dos 6/6,5%. Assim, e na base desta discussão terão de estar, forçosamente, os méritos ou deméritos dum tarifário que gera um aumento do custo médio do serviço em 6 a 6,5%, claramente acima da inflação, e não 3%. Para além disto há uma outra questão importante e que tem a ver com o facto desde aumento se justificar ou não e, no seu entender, a análise deste caso tem de ser feita duma forma completamente diferente da que foi feita relativamente aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra em que o ponto central era saber se a opção tomada, que é fundamentalmente uma opção política, passa pela necessidade de se ver reduzida a compartição da Câmara Municipal para com aqueles serviços, tendo o Executivo optado pela redução dos apoios em detrimento do sacrifício adicional, por parte dos cidadãos, para suportar a tarifa. Aqui a questão é diferente uma vez que se está na presença duma empresa perfeitamente autossustentável. Ora, se é assim, por que razão se está a propor este aumento de tarifário, este esforço tão grande aos consumidores num ano que se prevê de enormes dificuldades financeiras. Para tentar encontrar resposta para estas questões, o Sr. Vereador disse que fez, mais uma vez, algumas contas em relação ao cenário previsível da evolução dos custos, tendo como base o relatório de 2010 e usou como valores de referência um peso para as despesas do pessoal na ordem dos 30% e, para outros custos, uma percentagem de 70%. Ora, desde logo verifica-se que tendo em conta que as despesas com pessoal ascendem a 30% das despesas globais só o corte no pagamento dos subsídios tem um impacto na casa dos 6% na redução dos custos globais. Mesmo admitindo para os outros 70% um aumento médio dos custos na ordem dos 3,6%, o aumento global cifra-se na ordem dos 2%, ou seja, se este raciocínio está correto, a empresa irá conseguir uma redução de despesas na ordem dos 6%, por efeito da redução dos salários, e um aumento de 2,5% por efeito das outras componentes, o que se traduz numa redução global de custos na casa dos 4%. Portanto, e apesar de se

estar a prever uma redução das despesas correntes está a pedir um esforço ao consumidores, na casa dos 6%, para obter um aumento da receita de 3%, o que no seu entender, não tem razão de ser. O Sr. Vereador questionou, então por que razão é que a empresa precisa desse dinheiro e suspeita que este acréscimo de receita se destina a cobrir necessidades de investimento da empresa quando, defendeu, em períodos de crise tem de se aferir muito bem quais os investimentos realmente importantes e urgentes pelo que não aceita que a empresa se proponha fazer para o próximo ano investimentos a rondar os 7 milhões de euros que serão pagos com as despesas correntes. Ora, isto assumir, num ano de grande crise económica, de grande pobreza das pessoas, um investimento enorme e não encontra nenhuma razão para que parte deles não possa ser adiado para anos futuros ou programa-los para que, em virtude de alguns já se encontrarem contratualizados, os encargos não recaiam todos no ano de 2012. Finalmente, e para que fique claro, o Sr. Vereador disse que o que está aqui em causa não é a possibilidade de se obter menos receita e, com isso, haver a necessidade de se precisar de mais dinheiro transferido pela Câmara Municipal, mas sim conseguir uma ligeira redução do esforço de investimento. Entende, assim, que existe margem para uma outra opção já que esta não lhe parece a mais correta.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse que o Sr. Presidente da Águas de Coimbra referiu, relativamente ao aumento da tarifa a pagar pela compra da água, que existiam duas tarifas diferentes, uma para a água e outra para as águas residuais, quando não é assim, uma vez que a Águas de Coimbra paga um valor igual para qualquer um dos consumos, sendo o aumento do tarifário que se verificou neste serviço um aumento também imposto pelo regulador. No que diz respeito à redução do pessoal, o Sr. Vereador Carlos Cidade disse que não se pode esquecer que as Águas de Coimbra integraram cerca de 30 funcionários na Águas do Mondego, funcionários esses que continuam a pertencer ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Coimbra. Mais, em 2009 foram integrados mais 7 funcionários, pertencentes aos laboratórios, nas Águas do Mondego, o que representa uma poupança superior a 200 mil euros por ano o que desagrava, naturalmente, os custos com o pessoal na Águas de Coimbra. Por outro lado, aquando do negócio feito com a autarquia no âmbito do sistema multimunicipal ficou estabelecido que a Câmara Municipal receberia mais de 40 milhões de euros até 2039/2040. Ora, é bom que se diga que esses prazos foram todos antecipados e, se não se engana, essas transferências foram todas concentradas em 2005 e 2009, tendo as rendas ascendido a 24 milhões de euros e entre 2005 e 2016, por perda de negócio, mais 27 milhões de euros. Evidentemente que estes números têm de ter um impacto positivo na Águas de Coimbra mas, curiosamente, nunca se lembra do Sr. Presidente da empresa ter referido esta situação quando apresenta as contas ou o tarifário. Já no que diz respeito ao tarifário, o Sr. Vereador disse que a proposta agora apresentada altera, em muito, a lógica anterior e que existam determinadas situações que merecem ser equacionadas e que justificam o bom desempenho da empresa. Por outro lado, lembrou que sempre defendeu que a Águas de Coimbra deveria alargar os seus horizontes e o leque de serviços que presta, só que não entende a necessidade de ir em busca de negócios em países tão distantes, pois entende que o grande salto nesta matéria, na conquista de novos negócios, passa pelas parcerias e contratos com municípios vizinhos. E o Sr. Vereador considera que a empresa tem todas as condições para alargar os seus horizontes uma vez que é detentora duma qualidade técnica e dum Know-how incomparáveis no panorama nacional.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** considera que teria sido muito importante que tivesse sido possível ver a simulação de alguns casos paradigmáticos, que têm de ser possíveis de comparar, obviamente, e não acredita que os responsáveis da empresa não o tenham feito, até para antecipar eventuais riscos e reações que, mais tarde ou mais cedo, os consumidores manifestarão. Até porque, sem estes dados concretos poder-se-á sempre pensar que os aumentos e os custos para os utilizadores ainda serão superiores ao que efetivamente são, isto é, não havendo dados disponibilizados pela empresa a única coisa que se tem certa é que os aumentos são superiores e 6,5%, e, com esta média ponderada, é possível acreditar que existem aumentos na casa dos 10% ou 11%. Feita esta primeira observação, o Sr. Vereador disse que lhe parece claro que existe, então, um aumento considerável do tarifário da água, um aumento muito superior à inflação prevista para 2012 o que, tratando-se dum bem de primeira necessidade, lhe parece completamente despropositado e bastante difícil de suportar pelos consumidores. Não consegue também compreender por qual razão as tarifas de colocação e transferência de contadores são objeto dum aumento tão acentuado e lembrou que, já por diversas vezes, teve a oportunidade de chamar a atenção para a dificuldade que algumas pessoas, que estão em situação de renda apoiada, pagando por isso uma renda proporcional ao rendimento, têm em pagar a tarifa de colocação do contador de água. Faria todo o sentido, por isso, que se equacionasse a possibilidade de criação duma tarifa social para famílias de baixos rendimentos. Tem ainda algumas dificuldades em perceber a lógica dos tarifários dos consumidores não domésticos e as diferenças que apresentam, designadamente a taxa das instituições religiosas, que nas instituições de solidariedade social, que irão pagar uma taxa muito inferior aos hospitais, escolas e outros serviços públicos.

O Sr. **Vereador António Vilhena** disse que, em primeiro lugar, vai premiar o esforço que os funcionários da Águas de Coimbra, que viram o seu número reduzido, fazem para manter a qualidade do serviço. Assim, gostaria de saber como é que a administração operacionaliza este esforço e esta eficiência dos seus funcionários, porque se estamos na presença dum modelo de gestão duma empresa que quer ser de referência, considera que quer a relação hierárquica quer a relação da administração com os serviços terá de ser também exemplar em termos de designer organizacional. Por outro lado, disse que de tudo o que foi dito, depreendeu que existe uma estratégia, que não foi completamente explanada pelo Sr.

Presidente da Águas de Coimbra, de diversificação e expansão dos negócios da empresa, nomeadamente no que diz respeito à sua internacionalização. Pensa, pois, que seria importante que o Executivo fosse cabalmente esclarecido de que tipo de diversificação do objeto da empresa está planeada e qual a expansão interna e internacional se pretende levar a cabo. Isto porque, a ideia que fica é que existe já uma estratégia muito definida quer dos serviços, quer dos parceiros, quer, ainda, do tipo de públicos, nomeadamente no tipo da formação, a que a empresa pretende chegar.

O Sr. **Presidente da Águas de Coimbra, E.E.M.** disse aceitar algumas das críticas que foram feitas, designadamente no que diz respeito à necessidade de mais informação, porque tem a plena noção de que estas questões mereciam ser discutidas com alguma profundidade para o que seria preciso mais tempo, naturalmente. Evidentemente que discutir estas políticas de estratégia da empresa pela rama provoca sempre dificuldades de interpretação e não permite esgotar todos os argumentos de modo a tornar possível justificar melhor as opções que vão sendo tomadas. É por este motivo que desejava discutir abertamente estas questões com os membros do Executivo, escutar os vários argumentos e contributos de modo a que as decisões que vieram a ser tomadas possam ser, se não consensuais, pelo menos mais participadas e refletidas. De seguida, e para responder a algumas das questões que foram sendo colocadas, o Dr. Marcelo Nuno começou por dizer ao Sr. Vereador Álvaro Maia Seco que não é verdade que se esteja na presença dum aumento de tarifário de 6,5% e, sem prejuízo das contas que o Sr. Vereador fez, alertou para o facto de não se poderem confundir situações distintas nem partir de bases erradas, pois este tarifário não traduz essa realidade. E, de qualquer forma, nem todos os consumidores serão atingidos pelo aumento de 3% pois há pessoas que vão pagar muito menos.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco**, uma vez que o Dr. Marcelo Nuno está a dizer, ainda que de forma implícita, que fez afirmações que não correspondem à verdade, perguntou, se é ou não é verdade, que nos relatórios apresentados, num é dito que a receita média esperada vai aumentar 3%, enquanto noutro é se afirma que o consumo médio esperado irá diminuir 3,5%? Este é pois um ponto de partida importante e percebe-se que, ao contrário do que transpareceu nos jornais, o aumento do tarifário será, em média, de 6%. Isto parece-lhe perfeitamente líquido pois o aumento do tarifário é composto por um numerador e por um denominador, ora se este baixa e aquele sobe é evidente que o aumento é de mais de 6%.

O Sr. **Presidente da Águas de Coimbra, E.E.M.** esclareceu que o que foi dito foi que o volume da receita aumentará 3%, isto não significa que seja o aumento médio de 3%. Mais, teve-se o cuidado de incorporar neste tarifário as recomendações do regulador precisamente para o tornar mais transparente. Para além disso, não basta defender o não aumento do tarifário, a ser assim é preciso ir mais além e dizer onde é que se vai buscar receita para compensar essa opção. Disse, ainda, que respeita as conclusões do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco mas é preciso ter alguns cuidados porque é preciso ter a noção de que há consumidores que, na realidade, vão pagar menos de fatura de água e não por irem consumir menos, mas sim porque estas tarifas os irão beneficiar. Por outro lado, e para que se possa perceber a complexidade do assunto, o Dr. Marcelo Nuno exemplificou com a existência de subsidiação cruzada, ou seja, os consumidores da água pagam mais do que aquilo que seria necessário para fazer a cobertura integral e os consumidores de saneamento são deficitários. Ora, uma das coisas que têm de ser feitas, em abono da tal transparência, é mitigar esta subsidiação cruzada pelo que, comparativamente com a água, o saneamento sobe mais e o preço da água desce. Portanto, continuou, a diferença de consumidores, que é de 76 mil para 83 mil entre utilizadores de água e saneamento, resultará num preço mais baixo para os consumidores que não têm saneamento, uma vez que existe um desagravamento na fatura da água e um agravamento na fatura do saneamento que, neste último caso, não os atingirá. O que é certo e se pode dizer com toda a segurança é que há uma alteração profunda da estrutura tarifária, da relação que existe entre cada escalão, da relação entre domésticos e não domésticos, entre água e saneamento e entre taxa fixa e variável. Que podem ser feitos grupos de cada uma destes classes para eventuais simulações, como argumentaram vários dos Srs. Vereadores, é verdade, mas já tem algumas dúvidas que esses grupos sejam verdadeiramente representativos face a tantas e tão profundas alterações. Também não é verdade que o aumento agora proposta seja destinado a fazer face a um eventual esforço de investimento da empresa uma vez desde que assumiu a presidência da empresa que assumiu publicamente e na presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal e dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, que não seria feito nenhum investimento enquanto não existir sustentabilidade do ponto de vista económico e financeiro. Quanto à questão da redução dos pagamentos aos funcionários por via do corte nos subsídios de férias e Natal, o Dr. Marcelo Nuno informou que o montante em causa é da ordem dos 160 mil euros, pelo que não é isto, evidentemente, que iria fazer a diferença no esforço a pedir às pessoas, pois este valor, como se compreende, não permite nenhuma folga. A única razão que poderá a levar que os resultados sejam diferentes dos agora estimados tem a ver com o facto de estar a ser feita uma política de amortizações agressiva e, eventualmente, se for feita alguma alteração nesse domínio poder-se-á sentir alguma folga no próximo ano, mas os resultados concretos apenas nessa altura se poderão aferir. Quanto aos valores resultantes do negócio feito com a autarquia no âmbito do sistema multimunicipal é bom que se esclareça que não é exatamente como afirmou o Sr. Vereador Carlos Cidade e que existe aí alguma confusão. As verbas resultantes desse negócio permitiram à empresa, nos 4 anos anteriores à sua gestão, beneficiar de transferências entre os 8 milhões e 9,3 milhões de euros por ano, o que lhe permitiu fazer face a mais do que o plano de investimentos correntes, sem grande agravamento de tarifas e sem grandes tensões internas, e ajustando a sua estrutura à necessidade de realizar 8 milhões de euros de investimentos anuais, o que não é o caso atualmente em

que essa necessidade não se verifica. Aliás, o valor que agora é transferido anualmente para a empresa é de 1 milhão e meio por ano com tendência a diminuir até desaparecerem por completo. Quanto aos funcionários, é verdade que saíram cerca de 30 para a Águas do Mondego mas isso já aconteceu há bastante tempo e nenhum deles saiu na sua gestão mas, ainda assim, é bom que se diga que nenhum desses funcionários foi substituído o que aumentou, evidentemente, a pressão sobre aqueles que ficaram, mas a administração deu o exemplo porque assim que chegou a primeira coisa que fez foi prescindir de carro, de motorista, de cartões de crédito, de assessores, de consultores externos e de muitas outras regalias e mordomias. E, por esta razão, considera que a relação a administração tem com os funcionários é de total confiança e transparência porque os trabalhadores sabem que os responsáveis pela empresa não se coibiram de assumir mais riscos e mais responsabilidades e, essencialmente, mais trabalho. Infelizmente, e como todos sabem, a empresa está impedida de reconhecer o esforço e os méritos de quem trabalha aumentando as respetivas remunerações, daí que se estejam a tentar encontrar outros mecanismos que os possam compensar e que atenuem as dificuldades que se começam a fazer sentir para muitos deles, como é o caso do exemplo que deu há pouco da verba que irá ser disponibilizada para a Casa de Pessoal. Quanto à expansão da empresa, quer a nível de território, quer a nível de serviços, o Sr. Presidente da Águas de Coimbra reiterou que essa é uma tarefa que compete essencialmente à Águas de Coimbra porque, como todos devem estar recordados, a solução proposta pela AdP colocava a Águas de Coimbra como uma parte secundária em todo o processo. É bom não esquecer que a AdP fazia o que fazia com base nos dados disponibilizados pela Águas de Coimbra e, depois, cobrava por isso. Não é esta, evidentemente, a solução que serve a empresa, pelo contrário, o que se pretende é assumir um papel liderante, com capacidade para influenciar as escolhas e solidários com os outros municípios, evidentemente, mas essa solidariedade tem de ser racional e equilibrada sobre o ponto de vista das decisões a tomar. Não faz qualquer sentido, quando a empresa segue, internamente, uma política de não fazer obra se ela não for sustentável económico-financeiramente, fazê-lo noutros municípios só por questões de solidariedade para quem o quer fazer. Já a opção por ir trabalhar com a Águas de Barcelona tem a ver com o facto de se pretender aprender com a experiência e com quem está no terreno há 140 anos. Já no que diz respeito ao alargamento do leque de serviços e produtos podem ser encontrados já alguns exemplos no tarifário atual como é o caso da rubrica “apreciação de processo predial”, “desobstrução da rede predial” e outros. Há outros, evidentemente, que poderão ser introduzidos mas primeiro é necessários criar condições para os por em prática. Finalmente, e no que diz respeito à questão colocada pelo Sr. Vereador Francisco Queirós, disse que não pode de lhe dar razão, mas essa é uma decisão política que não passa apenas pela administração da empresa.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** disse que o Plano Plurianual de Investimentos prevê 7,16 milhões de euros de investimentos durante o próximo ano. Por outro lado, o total de receitas correntes é de 22 milhões de euros e o total de despesas correntes é da ordem dos 23 milhões de euros. Portanto, entende que há com certeza margem, ao nível das receitas correntes, para, neste ano em que vai ser imposto um empobrecimento brutal à grande maioria da população, esta empresa pública não proceder a um aumento na ordem dos 5,5% das receitas médias pelo serviço. Na sua opinião, isto pode ser colmatado através da redução do investimento, na assunção de algum prejuízo que, como se viu, não causará qualquer problema de liquidez à empresa – a AC, Águas de Coimbra EEM prevê ter cerca de 10 milhões de *cash flow* positivo no final do ano. Assim, o que aqui está em causa é tão-somente uma opção política com a qual não pode concordar. O Sr. Vereador considera inaceitável que no ano de 2012 esta Câmara imponha ao utilizador médio de águas e de saneamento um custo adicional por unidade de serviço prestado em média superior a mais de 6%. Criticou ainda o aumento de 15,5% na tarifa variável imposta à indústria, ao comércio e aos serviços, numa altura em que tantos estão a fechar e os restaurantes da Baixa, por exemplo, já se vão debater com o aumento do IVA.

Neste contexto, reafirmou que, não estando em causa a sustentabilidade económico-financeira da empresa, este tarifário reflete apenas uma opção política. Se os investimentos feitos são a 30 anos não há nenhuma razão para os impor totalmente no ano de 2012, frisou, acrescentando não perceber qual a necessidade de aumento da receita se os custos de exploração vão baixar e num contexto de crise profunda.

O Sr. **Presidente do CA da AC, Águas de Coimbra EEM** disse que a obtenção de resultados positivos é uma das mais importantes formas de avaliação da performance de uma empresa, ainda mais uma empresa municipal, como aliás este Governo já deixou bem claro. A não obtenção de resultado positivo pode não influenciar financeiramente a empresa mas deixa a imagem à tutela de que esta pode ser uma das tais empresas a extinguir, salientou. E, de facto, ter ou não ter um resultado líquido positivo é uma opção política.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** concordou que esta discussão é apenas política, já que não está em causa a sustentabilidade económica da empresa que tem um superavit de exploração corrente da ordem dos 6 milhões (ou seja, 20%), que tem uma solvabilidade brutal. Na sua opinião, o Município de Coimbra abuse da posição dominante que tem, quer nos SMTUC quer nas águas, quando impõe, por exemplo, tarifas absolutamente punitivas a entidades públicas. E afirmou que é absolutamente ilegal um prestador de um serviço que é monopolista impor tais tarifas. Mesmo aos privados, impor a tarifa de 1,29 na parte variável das águas representa uma margem de lucro real da ordem dos 15 a 20%. Ora, 15 a 20%, num serviço que é monopolista, é claramente um abuso de posição dominante. Para este tipo de serviço deveria haver taxas de lucro na ordem dos 4 a 5%. Acha inacreditável o preço pago, por exemplo, pelos

hospitais, que considerou punitivo ou mesmo extorsão, não percebendo como é que os respetivos administradores não se queixam (e essa ausência de reclamação diz algo sobre a qualidade da gestão de alguns serviços, criticou).

O Sr. **Presidente do CA da AC, Águas de Coimbra EEM** disse que os investimentos estão à vista, a leitura do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco é que não é, na sua opinião, a mais correta. O problema não é, de todo, o investimento. Não há dúvida de que a empresa é, do ponto de vista financeiro, estável mas a sustentabilidade económica afere-se também pelos equilíbrios económicos que se consegue gerar. E a verdade é que para que haja equilíbrio económico é preciso que haja resultado pelo menos zero. E nos últimos anos, à exceção do último, não houve resultado zero, houve resultados mais negativos do que positivos. Relembrou que o plano ora proposto não é um plano desgarrado para um ano mas sim um planeamento a quatro anos. Este tarifário é mais um passo de uma estratégia de 4 anos que foi explicada desde o início. E a subsídição cruzada diminuiu substancialmente com este novo tarifário, frisou. Acrescentou que a entidade pública que mais sofre e mais vê agravada a sua tarifa é a Câmara Municipal.

O Sr. **Vereador João Orvalho** disse que esta é uma discussão interessante e que há muitas formas de olhar para a água. Da sua experiência pessoal afirmou que ainda bem que, em tempos, quando foi gestor de uma empresa pública, a tarifa lhe era muito pesada, porque foi a forma de criar mecanismos para gerir melhor.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** concluiu, da discussão deste ponto e do relativo ao tarifário dos SMTUC, que a maioria que governa a CMC está a demonstrar uma insensibilidade social que não esperava relativamente ao ano de 2012.

O Sr. **Presidente** disse que é evidente que se podia pôr a Águas de Coimbra a dar prejuízo e/ou aumentar o prejuízo dos SMTUC mas as regras financeiras que as Câmaras têm de cumprir são cada vez mais apertadas e naturalmente que se queremos empresas municipais ou serviços municipalizados a dar prejuízo o dinheiro tem de vir de algum lado. Assim, a opção, tanto num caso como no outro, foi manter o equilíbrio das duas instituições exatamente porque elas vão ser fundamentais para nos ajudarem a sair da crise, explicou.

Para este assunto, e com base no ofício registado sob o n.º 69707, de 30/11/2011, da AC – Águas de Coimbra, E.E.M., o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4465/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar, nos termos da alínea d) do art.º 23.º dos Estatutos da AC – Águas de Coimbra, E.E.M., o novo Documento Previsional – Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2012 da referida empresa, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.2. Proposta de Tarifário 2012

Para este assunto, e com base no ofício registado sob o n.º 69707, de 30/11/2011, da AC – Águas de Coimbra, E.E.M., o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4466/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar o Tarifário da AC – Águas de Coimbra, E.E.M. para 2012, documento que, dada a extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro do próximo ano.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Maria João Castelo-Branco e João Orvalho. Votaram contra os Srs. Vereadores Francisco Queirós, Álvaro Maia Seco, António Vilhena e Carlos Cidade.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco e Carlos Cidade:

“A Águas de Coimbra, E.E.M. apresentaram uma proposta de alteração tarifária para os Serviços de Águas e Saneamento Concelhios em 2012 que assume algumas opções de alteração da estrutura deste tarifário que embora apresentem uma tendência correta se revelam pouco ambiciosas e claramente insuficientes.

Relevam a muito limitada redução da situação absolutamente iníqua, potencialmente, correspondendo a uma situação de Abuso de Posição Dominante por parte de um prestador de um serviço público monopolista, da existência de tarifários Não Domésticos onde se continuam a verificar disparidades incompreensíveis e com margem de lucro subjacentes escandalosas.

A proposta de tarifário tem também subjacente, mas incompreensivelmente escondida, a existência de um aumento médio do tarifário de cerca de 6,4% que se revela absolutamente desproporcionado face à previsível redução dos custos de exploração do sistema, que resultam nomeadamente da espoliação de dois salários imposta pelo Governo aos servidores públicos.

Acresce que este aumento médio apresenta uma incidência ainda maior sobre os valores de algumas classes de utilizadores presentemente a passar por grandes dificuldades económicas, como é o caso da Indústria, Comércio e Serviços os quais são confrontados com um aumento de 15,5% na tarifa variável de água.

Esta proposta de tarifários é, assim, globalmente inaceitável e reveladora de uma total insensibilidade social e mesmo económica por parte da maioria PSD/CDS, especialmente por se aplicar num ano onde se vai verificar uma gravíssima crise com ocorrência de um empobrecimento generalizado da população, particularmente daqueles que serão mais afetados pelos aumentos deste Serviço Público.

Por todas estas razões os vereadores do PS não podiam deixar de votar contra e manifestar veementemente a sua indignação pela insensibilidade da maioria.”

Declaração de voto do Sr. Vereador Francisco Queirós:

“Os aumentos propostos e aprovados pela maioria PSD/CDS da Câmara Municipal não foram claramente indicados pela empresa. Assim, o Conselho de Administração preferiu declarar esperar um aumento de receita da ordem dos 3% e uma diminuição de consumo de água da ordem dos 3,2%, escondendo os valores reais de aumento atrás do argumento da alteração profunda do tipo de tarifários a aplicar. Contudo, os aumentos, diversos consoante as diferentes tarifas, rondarão em média os 6,5%, sendo especialmente agravados no saneamento. As novas tarifas com agravamentos que por vezes ultrapassam os 10% serão extremamente penalizadoras para os consumidores domésticos, mas igualmente para o comércio, indústria e serviços do concelho. A CDU condena veementemente esta política de agravamento de custos de bens essenciais à vida”.

PONTO XIII - (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Este ponto foi tratado após o Período de Antes da Ordem do Dia, como então se fez referência.

Sob proposta do Sr. Presidente e nos termos do art.º 83.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, admitir a ordem do dia e apreciar e votar os seguintes assuntos, não incluídos na mesma:

1. Concurso de Ideias – apresentação

O Departamento de Recursos Humanos, através da informação n.º 42916, de 30/11/2011, deu a conhecer a promoção de um Concurso de Ideias, organizado pela Câmara Municipal, no âmbito da ação de apoio e incentivo educativo sobre empreendedorismo, que tem sido, desde julho passado, levado a cabo pela Autarquia e pela Universidade de Coimbra.

Assim, e com base nos despachos do Sr. Vereador João Orvalho, de 30/11/2011, e do Sr. Presidente, de 05/12/2011, exarados na referida informação, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4467/2011 (05/12/2011):

- **Tomado conhecimento.**

2. Associação UNIVER(SC)IDADE – estatutos

No âmbito da candidatura à Património Mundial, e com base na informação n.º 43296, de 02/12/2011, do Chefe de Divisão do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4468/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar os Estatutos da Associação UNIVER(SC)IDADE, documento que, dada a extensão, fica apenso a presente ata, fazendo parte integrante da mesma;**
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

3. Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana – Baixa e Baixa-Rio – adenda

Na sequência da deliberação de Câmara n.º 3180, de 28/06/2011, e com base na informação n.º 43452, de 05/12/2011, do Adjunto do Sr. Vereador Paulo Leitão, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4469/2011 (05/12/2011):

- **Atribuir um subsídio no valor de € 160.000,00 à Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

4. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra – acordo-programa

Tendo sido aprovado, através da deliberação de Câmara n.º 4304, de 08/11/2011, o protocolo a realizar entre o Município de Coimbra e a Universidade de Coimbra, através da Faculdade de Ciências e Tecnologia, o qual define um conjunto de ações a desenvolver entre estas entidades no domínio dos estudos das acessibilidades, tráfego e segurança rodoviária no Concelho, e elaborada a informação n.º 43109, de 30/11/2011, pelo Chefe da Divisão de Mobilidade, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4470/2011 (05/12/2011):

- **Aprovar os acordos-programas a realizar no âmbito do protocolo assinado entre o Município de Coimbra e a Universidade de Coimbra (Concurso Inter-Escolas em Engenharia de Tráfego, Projeto Piloto de uma Turbo-rotunda – Desenho, Construção e Monitorização do seu funcionamento e Projeto Piloto aplicado à aplicação de duas sequências de Lombas Redutoras de Velocidade – Desenho, Construção e Monitorização), cujas minutas, dada a extensão, ficam apenas à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

E sendo vinte e uma horas e trinta minutos o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 20/12/2011 e assinada pelo Sr. **Presidente** e por Patrícia Silveira, Técnica Superior.
